

ANTEPROJETO DE LEI N.º 847/2011

Súmula: Institui a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná de Desenvolvimento – ADAPAR e adota outras providências.

Art. 1.º É criada a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, entidade autárquica dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receitas próprios e autonomia administrativa, técnica e financeira, nos termos do artigo 7.º, inciso I, da Lei n.º 8.485, de 3 de junho de 1987, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB.

§1.º A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná terá sede e foro na cidade de Curitiba e atuará no território do Estado do Paraná, podendo instalar unidades administrativas descentralizadas.

§ 2.º A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná gozará dos privilégios e das isenções próprias da Fazenda Pública do Estado e de imunidade de impostos sobre seu patrimônio, receitas e serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

Art. 2.º A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná tem por finalidade a promoção da defesa agropecuária e da inspeção sanitária dos produtos de origem animal, a prevenção, o controle e a erradicação de doenças dos animais e de pragas dos vegetais de interesse econômico ou de importância à saúde da população e garantir a segurança, a regularidade e a qualidade dos insumos de uso na agricultura e na pecuária.

Parágrafo único. Constitui, também, finalidade da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, o exercício das funções de entidade que estabelecerá e fiscalizará o cumprimento das ações, dos procedimentos, das proibições e das imposições que importem à defesa sanitária animal e vegetal, à inspeção de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal e à qualidade dos insumos destinados à produção e uso agropecuários, a critério das autoridades técnicas.

Art. 3.º Compete à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná:

I – propor, planejar, coordenar, supervisionar, promover e fiscalizar políticas, programas, ações e procedimentos de defesa agropecuária que importem à saúde humana e ao bem-estar animal, à sanidade animal e vegetal, à qualidade higiênico-sanitária dos produtos e subprodutos de origem animal ou vegetal, comestíveis ou não comestíveis, ao comércio e à qualidade intrínseca e extrínseca dos insumos utilizados nas explorações agropecuárias e dos produtos destinados à alimentação animal;

GABINETE DO GOVERNADOR



II – promover e fiscalizar a preservação e o uso do solo agrícola;

III – fiscalizar a certificação sanitária animal e vegetal e o trânsito de animais e de produtos e insumos agropecuários;

IV – estabelecer normas, padrões, critérios e procedimentos técnicos de defesa agropecuária, de inspeção sanitária, de rastreabilidade, de classificação, de credenciamento e descredenciamento de prestadoras de serviços afins à defesa agropecuária e de certificação de estabelecimentos, matérias-primas, insumos agropecuários e produtos e subprodutos de origem animal e vegetal;

V – instituir e manter o cadastro de propriedades, estabelecimentos comerciais de insumos agropecuários, de empresas prestadoras de serviços afins à defesa agropecuária;

VI – credenciar, fiscalizar e auditar laboratórios de análise de produtos e insumos agropecuários e de entidades certificadoras de produtos e serviços de defesa agropecuária;

VII – implantar, coordenar e manter a Rede Estadual de Informação de Defesa Agropecuária – REIDA para integrar as ações de entidades promotoras da defesa, inspeção e certificação agropecuárias;

VIII – acompanhar e disciplinar, em caráter normativo e em sua esfera de competências, o Sistema Estadual de Defesa Agropecuária – SEDA;

IX – celebrar, nas condições que estabelecer, termos de compromissos e ajustes de conduta e fiscalizar o cumprimento;

X – promover a educação conservacionista e sanitária e a divulgação da legislação e serviços de defesa agropecuária;

XI – apurar e punir infrações à legislação das relações de consumo no âmbito de suas finalidades.

Parágrafo único. As ações e os procedimentos de defesa agropecuária, de inspeção sanitária dos produtos e subprodutos de origem animal e vegetal e de garantia da qualidade dos insumos agropecuários são considerados de interesse público.

Art. 4.º Para cumprir suas competências a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná poderá:

I – celebrar convênios, acordos ou contratos e congêneres com pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou público, nacionais, internacionais e estrangeiras;

II – prestar serviços a órgãos e entidades dos setores privado e público e a pessoas físicas e jurídicas, nacionais, internacionais e estrangeiras;

GABINETE DO GOVERNADOR



III – cobrar emolumentos correspondentes à prestação de serviços a pessoas físicas e jurídicas, órgãos e entidades dos setores privado e público nacionais, internacionais e estrangeiros, cujos valores serão fixados pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, após o pronunciamento do Chefe do Poder Executivo Estadual;

IV – promover a inscrição de seus créditos em dívida ativa e efetuar a sua cobrança judicial;

V – contratar a aquisição de bens, obras e serviços comuns.

Art. 5.º A organização básica da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná é constituída:

I – Conselho de Administração;

II – Diretor-Presidente;

III – Diretores Auxiliares.

Art. 6.º O patrimônio da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná é constituído por:

I – bens e direitos que lhe forem conferidos pelo Estado ou que venha a adquirir ou incorporar;

II – doações e legados de pessoas físicas e jurídicas, nacionais, internacionais e estrangeiras;

III – outros bens não expressamente referidos vinculados ao exercício de suas atividades.

Parágrafo único. No caso de extinção da autarquia, seus bens, direitos e acervo técnico-científico passarão a integrar o patrimônio da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento ou da entidade que a suceder.

Art. 7.º Constituem receitas da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná:

I – as dotações orçamentárias e os créditos especiais adicionais originários do Tesouro do Estado;

II – as transferências de recursos consignados nos orçamentos da União, do Estado e dos Municípios;

III – as receitas provenientes ou decorrentes da prestação de serviços, na forma prevista em decreto;

GABINETE DO GOVERNADOR



IV – os recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

V – as subvenções, as doações, os legados e as contribuições de pessoas de direito público ou privado nacionais, estrangeiras ou internacionais;

VI – as receitas da aplicação de recursos financeiros;

VII – o produto da venda de publicações técnicas;

VIII – as rendas patrimoniais, inclusive juros e dividendos;

IX – os recursos oriundos da exploração e alienação de bens patrimoniais;

X – as taxas e multas provenientes do exercício do poder de polícia administrativa;

XI – o produto da alienação de bens utilizados na prática de infrações à legislação de defesa agropecuária e inspeção sanitária;

XII – os bens apreendidos nas fiscalizações e incorporados ao patrimônio por decisão judicial;

XIII – os créditos da cobrança judicial de sua dívida ativa;

VX – outras rendas de qualquer natureza.

Art. 8.º A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná disporá de quadro próprio de pessoal, constituído de cargos de provimento efetivo de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Assistente Agropecuário e cargos de provimento em comissão.

Art. 9.º São criados 600 (seiscentos) cargos de provimento efetivo de Fiscal de Defesa Agropecuária e 600 (seiscentos) cargos de Assistente Agropecuário.

Art. 10. São criados os seguintes cargos de provimento em comissão da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná:

I – 1 (um) cargo de Diretor-Presidente, símbolo DAS-1;

II – 2 (dois) cargos de Diretor, símbolo DAS-2;

III – 1 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-4;

IV – 3 (três) cargos de Assessor, símbolo DAS-5;

V – 1 (um) cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5;

GABINETE DO GOVERNADOR



VI – 12 (doze) cargos de Gerente, símbolo 1 C.

Art. 11. É criada a Função Comissionada de Confiança - FCC, de valor absoluto reajustável nos termos da lei de revisão geral anual, exclusiva a servidores efetivos que desempenham suas atividades na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná e que cumulativamente exerçam as atribuições de Coordenação de Área ou de Supervisão Regional, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 12. O servidor da Carreira de Fiscalização da Defesa Agropecuária e o Agente Profissional do Quadro Próprio do Poder Executivo, distinguidos Fiscais de Defesa Agropecuária, no desempenho de suas atividades na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná têm assegurado livre acesso à documentação e aos locais onde se processam, em qualquer fase, a produção, a industrialização, o beneficiamento, o comércio, a guarda, o depósito, o uso, o transporte de animais e vegetais, seus produtos e subprodutos, de insumos agropecuários e de quaisquer outros bens capazes de expor a risco a sanidade agropecuária.

Art. 13. Os recursos financeiros provenientes das ações de que trata a presente Lei recolhidos ao Fundo de Equipamento Agropecuário – FEAP, instituído pela Lei n.º 823, de 30 de novembro de 1951, serão geridos pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná.

Art. 14. O Poder Executivo é autorizado a abrir um crédito adicional, em conformidade com a Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, para implementar a presente Lei.

Art. 15. A implantação desta Lei será realizada gradativamente, de acordo com as possibilidades orçamentárias e financeiras do Estado, atendendo as disposições da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de outubro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



ANEXO I DA LEI Nº

FUNÇÃO COMISSIONADA DE CONFIANÇA – FCC

| DENOMINAÇÃO | Nº DE FUNÇÕES | VALOR (R\$) |
|---------------------|---------------|-------------|
| Coordenador de Área | 45 | 800,00 |
| Supervisor Regional | 26 | 600,00 |

GABINETE DO GOVERNADOR



A essa conjuntura interliga-se a inspeção sanitária no precípua objetivo de assegurar a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos de origem animal, condição fundamental à comercialização e exportação desses produtos e subprodutos.

A ideia de criação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná tem por finalidade institucional a promoção da defesa agropecuária e da inspeção sanitária dos produtos de origem animal; a prevenção, o controle e a erradicação de doenças dos animais e de pragas vegetais de interesse econômico ou de importância à saúde da população e à segurança, bem como a regularidade e a qualidade dos insumos de uso na agricultura e na pecuária, garantindo à produção agrícola e agroindustrial plenas condições sanitárias para acesso a qualquer mercado. É a resposta do Poder Público que soluciona a premente e constante necessidade da sociedade e do mercado paranaenses de impulsionarem e tratarem o ciclo do agronegócio em suas efetivas dimensões e importâncias.

Trata-se, em síntese, de pôr em prática decisão estratégica em resposta às ameaças contemporâneas e que conclua no incremento da atividade econômica que o setor agropecuário move e promove.

Assim, espera-se que Vossas Excelências deem a atenção necessária à presente proposta legislativa, analisando-a, votando favoravelmente e, por consequência, transformando-a em Lei Ordinária, por medida de inteira justiça.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 73/2011

Curitiba, 19 de outubro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei objetivando a criação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná.

Inicialmente, faz-se necessário destacar que o presente Anteprojeto de Lei vem a cumprir aos preceitos definidos nas Metas de Governo no que se refere a fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado.

O Paraná é responsável por mais de 20% da produção brasileira de grãos, o que corresponde aproximadamente a 15% do Valor Bruto da Produção do setor primário brasileiro. A posição de figurar entre os maiores e mais importantes Estados produtores rurais do País reflete-se na magnitude das exportações de seus produtos agropecuários e derivados, em 2009, na ordem de US\$ 8 bilhões.

Nas relações comerciais e industriais envolvidas nas cadeias produtivas agrícolas e pecuárias e nas quais a qualidade dos insumos é determinante, os serviços de processamento e distribuição da produção agropecuária representam 35% do Produto Interno Bruto do Paraná. Essa produção e serviços constituem a base da atividade econômica dos Municípios e envolvem direta e indiretamente 70% de seus habitantes.

O aprofundamento da integração econômica, social, cultural e política iniciada no final do século XX intensificou a disputa de novos mercados consumidores pelos países de exauridos mercados internos, incentivando o trânsito de produtos agrícolas. Essa circunstância propende e favorece a emergência e ressurgência de doenças e pragas, expondo a segurança alimentar, a biodiversidade, a atividade econômica e a saúde das pessoas.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Prot. 11.034.778-2 lhph

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476



**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO
DIVISÃO DE DESPESA**

Informação nº 257/11

Ref. Minuta de anteprojeto de lei da Agência ADAPAR - SEAB


Protocolo nº 11.034.778-2

Em atenção ao encaminhamento efetuado pela SEPL/COP, referente à Minuta de anteprojeto de lei que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência ADAPAR, esta Divisão de Despesa tem a informar:

- Por se tratar de recursos cuja fonte 250 – diretamente arrecadada são via multas, taxas e serviços laboratoriais, não havendo dispêndio de recursos do Tesouro do Estado nada temos a opor.

É a informação.

Curitiba, 02 de setembro de 2011.


Roseméri Bueno Muniz
Divisão de Despesa

Visto:


Marcos Antonio Jagher
Chefe da Divisão de Despesa

DE ACORDO:


Rosemary Escabio
Coordenadora da Administração Financeira do Estado

Encaminhe-se ao DG/SEFA



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

n1658

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 612/2011

INTERESSADO: SEAB

ASSUNTO: Minuta de anteprojeto de lei que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência ADAPAR.

PROTOCOLO: nº 11.034.778-2

Visando atender ao disposto no art. 10º do Decreto 1198/2011, reiteramos a Informação Técnica nº 122/2011 GPS/SEAB, à pág 18 do presente protocolo, o qual diz que devido à inexistência da autarquia ADAPAR, também inexistente dotação orçamentária para a mesma, sendo utilizados os seguintes recursos para a criação da mesma:

1. Toda arrecadação não vinculada na Atividade 2.336 - Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP, conforme tabela abaixo. Ressaltamos que para a fonte 250, aproximadamente 50% dos recursos são vinculados ao FUNDEPEC, não podendo ser utilizado para a ADAPAR;

| Natureza da Espécie | Fonte de Recursos | Valor a Programar | Valor Programado | Valor Empenhado | Saldo Total |
|---------------------------|-------------------|-------------------|------------------|-----------------|------------------|
| Outras despesas correntes | 127 | R\$ 565,00 | R\$ 565,00 | R\$ 0,00 | R\$ 1.130,00 |
| | 250 | R\$ 687.044,00 | R\$ 1.557.721,00 | R\$ 980.680,63 | R\$ 1.264.084,37 |
| Investimentos | 250 | R\$ 1.226.389,00 | R\$ 398.582,00 | R\$ 8.616,80 | R\$ 1.616.354,20 |

2. O pessoal da SEAB da área administrativa e dos Grupos Meios (GAS, GPS, GFS e GRHS), que prestará serviço de forma compartilhada entre a SEAB e a ADAPAR;

3. Parte dos recursos de pessoal da atividade 2.325 serão repassados ao ADAPAR, referente aos profissionais que passarão a desempenhar suas funções na agência em caráter definitivo

4. Parte dos recursos da SEAB referentes as despesas de custeio como água, energia, locação, telefone, entre outras.

É a informação.



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

D. L.
Fls. 128

SEPL
17 27

Curitiba, em 04 de agosto de 2011.

Rogi Rusch

ROGI LAERCIO RUSCH
Assessor Técnico

Visto, 04/08/2011

Encaminhe-se a Coordenadora da COP/SEPL

Antonio Carlos de Andrade

ANTONIO CARLOS DE ANDRADE
Chefe da Divisão de Economia e Infraestrutura

De acordo, 04/08/2011.

Encaminhe-se à DG/SEPL

Elizabeth Cristina de Azevedo

ELIZABETH CRISTINA DE AZEVEDO
Coordenadora da COP/SEPL



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ



n1866

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 707/2011

INTERESSADO: SEAB

ASSUNTO: Minuta de anteprojeto de lei que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência ADAPAR.

PROTOCOLO: nº 11.034.778-2

Visando atender ao disposto no art. 10º do Decreto 1198/2011, reiteramos a Informação Técnica nº 142/2011 GPS/SEAB, à pág 34 do presente protocolo, o qual afirma que:

- A receita semanal da atividade 2.336 - Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP é de R\$318.916,00, sendo R\$153.010,60 corresponde a arrecadação vinculada ao FUNDEPEC, permitindo que R\$165.905,49 mensais sejam utilizados para atender a demanda da ADAPAR. Tal valor corre pelas rubricas 33504100, 33901400, 33903003, 33903004, 33903006, 33903008, 33903010, 33903013, 33903018, 33903020, 33903027, 33903029, 33903033, 33903035, 33903037, 33903912, 33903913, 33903914, 33903920, 33903923, 33903924, 33903928, 33903931, 33903947, 33909200, 33909300, 44905200.

- Os recursos humanos da SEAB, lotados da atividade 2.325 - Gerenciamento da Estrutura Administrativa e Programática da SEAB, serão compartilhados com a ADAPAR. As rubricas por onde correm tais despesas são 31901100 e 31901300.

- As despesas de custeio da SEAB como água, energia, locação, telefone, entre outras, que correm na atividade 2323 - Administração de Serviços de Energia Elétrica, Água e Esgoto, Telefonia, Informática e Transmissão de Dados - , serão compartilhadas com a ADAPAR, pelas rubricas 33903902, 33903906, 33903907, 33903908, 33903963.

- Devido à inexistência da ADAPAR, também inexistem dotações específicas na mesma. Isto somente ocorrerá após ser sancionada a Lei de Criação da Agência.

É a informação.



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Curitiba, em 18 de agosto de 2011.

Rogi Rusch
ROGI LAERCIO RUSCH
Assessor Técnico

Visto, 18/08/2011

Encaminhe-se a Coordenadora da COP/SEPL

Antonio Carlos de Andrade
ANTONIO CARLOS DE ANDRADE
Chefe da Divisão de Economia e Infraestrutura

De acordo, 18/08/2011.

Encaminhe-se à DG/SEPL

Elizabeth Cristina de Azevedo
ELIZABETH CRISTINA DE AZEVEDO
Coordenadora da COP/SEPL

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 19 de outubro de 2011
OF CEE/G 172/11



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 25 OUT. 2011

1º Secretário

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em, 25/10/2011

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências,
a Mensagem n.º 73/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que cria
da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/JLI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 847/11

Projeto de Lei nº 847/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 73/2011

Súmula: Institui a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná de Desenvolvimento ADAPAR e adota outras providências.

EMENTA: INSTITUI A AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ DE DESENVOLVIMENTO ADAPAR. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo tem por escopo instituir a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná de Desenvolvimento ADAPAR.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Poder Executivo (Governador do Estado), vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Corrobora deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que a Divisão de Despesa, vinculada à Coordenação da Administração Financeira do Estado, por sua vez atrelada à Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA declara que o mesmo não importará em aumento de despesa para o Governo: “Por se tratar de recursos cuja fonte 250 – diretamente arrecadada são via multas, taxas e serviços laboratoriais, não havendo dispêndio de recursos do Tesouro do Estado” (fls. 10 do presente projeto).

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei e, no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


D. L.
27

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


ADEMAR TRAIANO
Relator




REQUERIMENTO

Requer "*Regime de Urgência*" para a votação do Projeto de Lei 847/11, oriundo da Mensagem Governamental nº 073/11.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação do Projeto de Lei 847/11, oriundo da Mensagem Governamental nº 073/11 que objetiva instituir a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná de Desenvolvimento - ADAPAR e adota outras providências.

Sala das Sessões, em 01 de novembro de 2011.


Deputado **Ademair Traiano**
Líder do Governo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

D. L.
Fls. 30

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 847/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 73/11, que institui a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná de Desenvolvimento – ADAPAR, e adota outras providências.

Convém, preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria em questão apresenta Informação nº 257/11, da Coordenação da Administração Financeira do Estado, Divisão de Despesa da Secretaria de Estado da Fazenda, informa não haver dispêndio de recursos do Tesouro do Estado, pois tratar-se de recursos cuja fonte 250 – diretamente arrecadada são via multas, taxas e serviços laboratoriais. Desta forma, atende aos preceitos constantes da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Ainda, observe-se que a instituição da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná de Desenvolvimento - ADAPAR, objeto da referida proposta, está em consonância com o art. 66, da Carta Estadual, onde denota-se a competência privativa do Governador do Estado.

Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 07/12/11

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADA MARLA TURECK
RELATORA



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PROPOSIÇÃO: **Projeto de Lei nº 847/11**

AUTOR: PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 73/11

RELATORA: Deputada MARLA TURECK

Certifico para os devidos fins, que esta **COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS**, analisou o presente Projeto de Lei nº 847/11, em reunião na data de **07/11/2011**, exarando **PARECER FAVORÁVEL**.

Remeta-se à **DIRETORIA LEGISLATIVA** para as providências devidas.

Curitiba, 08 de novembro de 2011.



WILSON PENKA

Secretário da Comissão



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE AGRICULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI 847/2011

AUTOR: PODER EXECUTIVO

**SÚMULA: INSTITUI A AGÊNCIA DE DEFESA
AGROPECUÁRIA DO PARANÁ – ADAPAR E ADOTA
OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O projeto de lei em epígrafe, trata da criação da ADAPAR, Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, cujas finalidades são as seguintes:

1. Promover a defesa agropecuária e a inspeção sanitária dos produtos de origem animal;
2. A prevenção, o controle e a erradicação de doenças dos animais e pragas vegetais;
3. A regularidade e a qualidade dos insumos de uso na agricultura e na pecuária, garantindo a produção agrícola e agroindustrial plenas condições sanitárias para acesso a qualquer mercado.

O presente projeto de lei já tramitou perante a Comissão de Constituição e Justiça, tendo recebido parecer favorável.

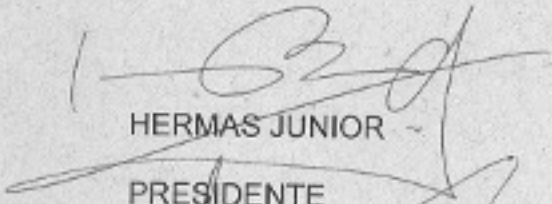
Não há dúvidas de que a criação da agência de defesa agropecuária do Estado do Paraná, pelo que se vislumbra da própria lei, trará benefícios para o desenvolvimento e manutenção do agronegócio do Estado.



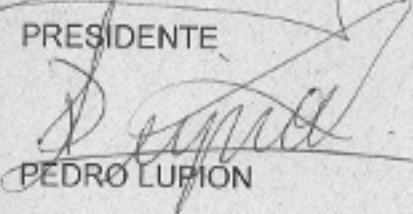
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE AGRICULTURA

O projeto de lei traz os objetivos da ADAPAR, sua natureza jurídica, as finalidades, as competências, os direitos, deveres, sua organização, patrimônio e receitas, forma de extinção, quadro de servidores e de cargos de provimento em comissão.

Pelo exposto, somos de parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei.


HERMAS JUNIOR

PRESIDENTE


PEDRO LUPION

RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA 01

PLENÁRIO

DAP 23 NOV. 2011

EM

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 847/2011 MENSAGEM
73/2011 DO PODER EXECUTIVO

D. L.

Fls.

EMENTA: Modifica o artigo 8º do
Projeto de Lei 847/2011 de autoria
do Poder Executivo.

Art. 1º - O artigo 8º da PL 847/2011 passa a vigorar com a
seguinte redação:

Art. 8º A Agência de Defesa Agropecuária do
Paraná, disporá de quadro próprio de pessoal,
constituído de cargos de provimento efetivo de
Fiscal de Nível Médio Profissionalizante -
Técnico Agropecuário e cargos de provimento em
comissão.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua
publicação.

Plenário das Sessões 23 de novembro de 2011.

Bancada do Partido dos Trabalhadores

Dep^a Luciana Rafagnin

Dep. Enio Verri

Dep. Péricles de H. Mello

Dep. Tadeu Veneri

Dep. Toninho Wandsheer

Dep. Prof. Lemos

Dep. Elton Welter



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA 02
PLENÁRIO

23 NOV. 2011

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 847/2011 MENSAGEM
73/2011 DO PODER EXECUTIVO

EMENTA: Modifica o artigo 9º do
Projeto de Lei 847/2011 de autoria
do Poder Executivo.

D. L.
Fls.

Art. 1º - O artigo 9º da PL 847/2011 passa a vigorar com a
seguinte redação:

Art. 9º São criados 600 (seiscentos) cargos de
provimento efetivo de Fiscal de Nível Médio
Profissionalizante - Técnico Agropecuário.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua
publicação.

Plenário das Sessões 23 de novembro de 2011.

Bancada do Partido dos Trabalhadores

Depª Luciana Rafagnin

Dep. Enio Verri

Dep. Pericles de H. Mello

Dep. Tadeu Veneri

Dep. Toninho Wandsheer

Dep. Prof. Lemos.

Dep. Elton Welter



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo

EMENDA, 03

PL 847/11

DAP

EM 23 NOV 2011

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 847/2011

Conforme prevê o art. 137, §2º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresentamos o presente substitutivo geral ao Projeto de Lei 847/11, de autoria do Poder Executivo.

D. L.
Fls.

O Projeto de Lei nº ~~847/11~~ ^{847/11} deverá contar com a seguinte redação:

Súmula: Cria a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR, conforme especifica.

Art. 1º É criada a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR, entidade autárquica dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receitas próprios e autonomia administrativa, técnica e financeira, nos termos do artigo 7º, inciso I, da Lei nº 8.485, de 3 de junho de 1987, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB.

§1º A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná terá sede e foro na cidade de Curitiba e atuará no território do Estado do Paraná, podendo instalar unidades administrativas descentralizadas.

§ 2º A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná gozará dos privilégios e das isenções próprias da Fazenda Pública do Estado e de imunidade de impostos sobre seu patrimônio, receitas e serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

Art. 2º A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná tem por finalidade a promoção da defesa agropecuária e da inspeção sanitária dos produtos de origem animal, a prevenção, o controle e a erradicação de doenças dos animais e de pragas dos vegetais de interesse econômico ou de importância à saúde da população e assegurar a segurança, a regularidade e a qualidade dos insumos de uso na agricultura e na pecuária.

Parágrafo único. Constitui, também, finalidade da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, o exercício das funções de entidade que estabelecerá e fiscalizará o cumprimento das ações, dos procedimentos, das proibições e das imposições que importem à defesa sanitária animal e vegetal, à inspeção de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal e à qualidade dos insumos destinados à produção e uso agropecuários, a critério das autoridades técnicas.

15495 23/11/2011 08:58:07 Nº ASSUNTO: LEGISLATIVO DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo

D. L.

Fls.

Art. 3º Compete à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná:

I - propor, planejar, coordenar, supervisionar, promover e fiscalizar políticas, programas, ações e procedimentos de defesa agropecuária que importem à saúde humana e ao bem-estar animal, à sanidade animal e vegetal, à qualidade higiênico-sanitária dos produtos e subprodutos de origem animal ou vegetal, comestíveis ou não comestíveis, ao comércio e à qualidade intrínseca e extrínseca dos insumos utilizados nas explorações agropecuárias e dos produtos destinados à alimentação animal;

II - promover e fiscalizar a preservação e o uso do solo agrícola;

III - fiscalizar a certificação sanitária animal e vegetal e o trânsito de animais e vegetais e de produtos e insumos agropecuários;

IV - estabelecer normas, padrões, critérios e procedimentos técnicos de defesa agropecuária, de inspeção sanitária, de rastreabilidade, de classificação, de credenciamento e descredenciamento de prestadoras de serviços afins à defesa agropecuária e de certificação de estabelecimentos, matérias primas, insumos agropecuários e produtos e subprodutos de origem animal e vegetal;

V - instituir e manter o cadastro de propriedades, estabelecimentos comerciais de insumos agropecuários, de empresas prestadoras de serviços afins à defesa agropecuários;

VI - credenciar, fiscalizar e auditar laboratórios de análise de produtos e insumos agropecuários e de entidades certificadoras de produtos e serviços de defesa agropecuária;

VII - implantar, coordenar e manter a Rede Estadual de Informação de Defesa Agropecuária - REIDA para integrar as ações de entidades promotoras da defesa, inspeção e certificação agropecuárias;

VIII - acompanhar e disciplinar, em caráter normativo e em sua esfera de competências, o Sistema Estadual de Defesa Agropecuária - SEDA;

IX - celebrar, nas condições que estabelecer, termos de compromissos e ajustes de conduta e fiscalizar o cumprimento;

X - promover a educação conservacionista e sanitária e a divulgação da legislação e serviços de defesa agropecuária;

XI - apurar e punir infrações à legislação das relações de consumo no âmbito de suas finalidades.

Parágrafo único. As ações e os procedimentos de defesa agropecuária, de inspeção sanitária dos produtos e subprodutos de origem animal e vegetal e de garantia da qualidade dos insumos agropecuários são considerados de interesse público.

Art. 4º Para cumprir suas competências a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná poderá:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo

D. L.

Fls.

I - celebrar convênios, acordos ou contratos e congêneres com pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou público, nacionais, internacionais e estrangeiras;

II - prestar serviços a órgãos e entidades dos setores privado e público e a pessoas físicas e jurídicas, nacionais, internacionais e estrangeiras;

III - cobrar emolumentos correspondentes à prestação de serviços a pessoas físicas e jurídicas, órgãos e entidades dos setores privado e público nacionais, internacionais e estrangeiros, cujos valores serão propostos pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, e fixados por Decreto do Poder Executivo Estadual;

IV - promover a inscrição de seus créditos em dívida ativa e efetuar a sua cobrança judicial;

V - contratar a aquisição de bens, obras e serviços comuns.

Art. 5º A organização básica da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná é constituída:

I - Conselho de Administração;

II - Diretor Presidente;

III - Diretores Auxiliares.

Art. 6º O patrimônio da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná é constituído por:

I - bens e direitos que lhe forem conferidos pelo Estado ou que venha a adquirir ou incorporar;

II - doações e legados de pessoas físicas e jurídicas, nacionais, internacionais e estrangeiras;

III - outros bens não expressamente referidos vinculados ao exercício de suas atividades.

Parágrafo único. No caso de extinção da autarquia, seus bens, direitos e acervo técnico-científico passarão a integrar o patrimônio da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento ou da entidade que a suceder.

Art. 7º Constituem receitas da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná:

I - as dotações orçamentárias e os créditos especiais adicionais originários do Tesouro do Estado;

II - as transferências de recursos consignados nos orçamentos da União, do Estado e dos Municípios;

III - as receitas provenientes ou decorrentes da prestação de serviços, na forma prevista em decreto;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo

D. L.

Fls.

- IV - os recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- V - as subvenções, as doações, os legados e as contribuições de pessoas de direito público ou privado nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- VI - as receitas da aplicação de recursos financeiros;
- VII - o produto da venda de publicações técnicas;
- VIII - as rendas patrimoniais, inclusive juros e dividendos;
- IX - os recursos oriundos da exploração e alienação de bens patrimoniais;
- X - as taxas e multas provenientes do exercício do poder de polícia administrativa;
- XI - o produto da alienação de bens utilizados na prática de infrações à legislação de defesa agropecuária e inspeção sanitária;
- XII - os bens apreendidos nas fiscalizações e incorporados ao patrimônio por decisão judicial;
- XIII - os créditos da cobrança judicial de sua dívida ativa;
- XIV - outras rendas de qualquer natureza.

Art. 8º A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná disporá de quadro próprio de pessoal, constituído de cargos de provimento efetivo de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Assistente Agropecuário e cargos de provimento em comissão.

Art. 9º São criados 600 (seiscentos) cargos de provimento efetivo de Fiscal de Defesa Agropecuária e 600 (seiscentos) cargos de Assistente Agropecuário.

Art. 10. São criados os seguintes cargos de provimento em comissão da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná:

- I - 1 (um) cargo de Diretor Presidente, símbolo DAS-1;
- II - 2 (dois) cargos de Diretor, símbolo DAS-2;
- III - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-4
- IV - 3 (três) cargos de Assessor, símbolo DAS-5;
- V - 1 (um) cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5;
- VI - 12 (doze) cargos de Gerente, símbolo 1 C.

Art. 11. É criada a Função Comissionada de Confiança - FCC, de valor absoluto reajustável nos termos da lei de revisão geral anual, exclusiva a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo

D. L.

Fls.

servidores que desempenham suas atividades na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná e que cumulativamente exerçam as atribuições de Coordenação de Área ou de Supervisão Regional, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 12. O servidor da Carreira de Fiscalização da Defesa Agropecuária e o Agente Profissional do Quadro Próprio do Poder Executivo, distinguidos Fiscais de Defesa Agropecuária, no desempenho de suas atividades na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná têm assegurado livre acesso à documentação e aos locais onde se processam, em qualquer fase, a produção, a industrialização, o beneficiamento, o comércio, a guarda, o depósito, o uso, o transporte de animais e vegetais, seus produtos e subprodutos, de insumos agropecuários e de quaisquer outros bens capazes de expor a risco a sanidade agropecuária.

Art. 13. Ficam instituídas as seguintes vantagens, com aplicação exclusiva aos servidores integrantes do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, no cargo de Agente Profissional e Agente de Execução, lotados no Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária - DEFIS, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, conforme o Anexo II desta Lei:

I - Adicional de Atividade de Fiscalização Agropecuária - AAFA: retribuição financeira, fixada em valor absoluto, de natureza permanente, exclusiva para o cargo de Agente Profissional, relativa ao caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida, incorporável na forma da legislação previdenciária vigente, sendo vedado o recebimento de qualquer outra vantagem com a mesma natureza;

II - Adicional de Atividade Auxiliar de Fiscalização Agropecuária - AAFM: retribuição financeira, fixada em valor absoluto, de natureza permanente, exclusiva para o cargo de Agente de Execução, funções de Técnico de manejo e Meio Ambiente e Técnico de Laboratório, relativa ao caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida, incorporável na forma da legislação previdenciária vigente, sendo vedado o recebimento de qualquer outra vantagem com a mesma natureza.

Parágrafo Único. Os adicionais de Atividade de Fiscalização Agropecuária e Atividade Auxiliar de Fiscalização Agropecuária sofrerão reajuste ou aumento no mesmo percentual previsto na Lei de Revisão Geral Anual.

Art. 14. Os recursos financeiros provenientes das ações de que trata a presente lei recolhidos ao Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP, instituído pela Lei nº 823, de 30 de novembro de 1951, serão anualmente revertidos à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo


D. L.

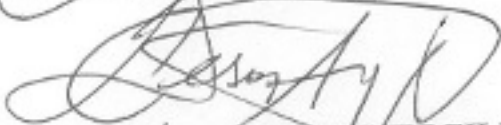
Fls.


Art. 15. O Poder Executivo é autorizado a abrir um crédito adicional, em conformidade com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para implementar a presente lei.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO


DEPUTADO AUGUSTINHO ZUCCHI


DEPUTADO CÉSAR SILVESTRI FILHO


DEPUTADO PEDRO LUPION


DEPUTADO VALDIR ROSSONI





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo

D. L.
Fls.

ANEXO I

FUNÇÃO COMISSIONADA DE CONFIANÇA – FCC

| DENOMINAÇÃO | Nº DE FUNÇÕES | VALOR (R\$) |
|---------------------|---------------|-------------|
| Coordenador de Área | 45 | 800,00 |
| Supervisor Regional | 26 | 600,00 |



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo

D. L.

Fls.

ANEXO II

ADICIONAL DE ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO

| CARREIRA | CARGO | FUNÇÃO | VANTAGEM | VALOR (R\$) |
|----------|---------------------|-----------------------------------|---|-------------|
| QPPE | AGENTE PROFISSIONAL | BIÓLOGO | ADICIONAL DE ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA - AAFA | 2.396,25 |
| | | ENGENHEIRO AGRÔNOMO | | |
| | | MÉDICO VETERINÁRIO | | |
| | AGENTE DE EXECUÇÃO | TÉCNICO DE MANEJO E MEIO AMBIENTE | ADICIONAL DE ATIVIDADE AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA - AAFA | 905,25 |



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 847/11

Projeto de Lei nº 847/11

Autor das emendas nº 01 e 02 – Bancada do Partido dos Trabalhadores

Autor da emenda nº 03 – Liderança do Governo.

Súmula: INSTITUI A AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ DE DESENVOLVIMENTO ADAPAR E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMENTA: OBJETIVA MODIFICAR O PROJETO DE LEI Nº 847/11.

EMENDAS DE PLENÁRIO Nº 01 E 02. ILEGALIDADE. PARECER PELA REJEIÇÃO.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 03. ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA SUBEMENDA.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, institui a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná de Desenvolvimento - ADAPAR e adota outras providências, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Estadual Ademar Traiano.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emendas Modificativas, de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores e Emenda Substitutiva Geral de autoria da

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

| |
|---------------------|
| Concedido Vistas ao |
| Senhor Deputado |
| <i>[Assinatura]</i> |
| 28, 11, 2011 |
| CCJ |



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Liderança do Governo. Por esta razão é que as referidas Emendas submetem-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

I – Emenda de Plenário 01 e 02

Inicialmente, a Emenda Modificativa de Plenário 01, de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores, visa modificar o artigo 8º do Projeto de Lei 847/2011. Já a Emenda Modificativa de Plenário nº 02 visa modificar o artigo 9º do Projeto de Lei 847/2011.

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Modificativa em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

Todavia, as emendas apresentadas incorrem em ilegalidade e inconstitucionalidade.

Isso porque, na redação original, os artigos 8º e 9º criam os cargos de fiscal de defesa agropecuária e de assistente agropecuário.

A emenda visa alterar a redação conferindo as atribuições de fiscal da ADAPAR aos profissionais com nível médio profissionalizante – técnicos agropecuários e ainda retira tal competência dos profissionais de nível superior, a saber, biólogos, engenheiros agrônomos e médicos veterinários.

Isso se torna claro ao observarmos a emenda 02, pois na **redação original** está prevista a criação de 1.200 cargos, sendo 600



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

cargos de provimento efetivo de Fiscal de Defesa Agropecuária e 600 cargos de Assistente Agropecuário, ou seja, contempla tanto os profissionais de Ensino Superior (Fiscal de Defesa Agropecuária) quanto os profissionais de nível técnico (Assistente Agropecuário), na exata medida de sua competência.

A emenda 02 suprime a criação de cargos para os profissionais de Ensino Superior, havendo a criação de apenas 600 cargos, sendo tão somente contemplada a criação de cargos de Fiscal de Nível Médio Profissionalizante, alterando toda a estrutura da ADAPAR e prejudicando a atuação dos profissionais com Ensino Superior.

Ocorre que não se pode conferir o cargo de fiscal para os funcionários de nível técnico, pois estes não têm competência legal para atos de fiscalização, o que compromete a eficácia do serviço de defesa agropecuária.

Nesse sentido, cumpre mencionar o disposto no art. 5º, da Lei Federal 5.517/1968:

Art 5º É da competência privativa do médico veterinário o exercício das seguintes atividades e funções a cargo da União, dos Estados, dos Municípios, dos Territórios Federais, entidades autárquicas, paraestatais e de economia mista e particulares:

d) o planejamento e a execução da defesa sanitária animal;

f) a inspeção e a fiscalização sob o ponto-de-vista sanitário, higiênico e tecnológico dos matadouros, frigoríficos, fábricas de conservas de carne e de pescado, fábricas de banha e gorduras em que se empregam produtos de origem animal, usinas e fábricas de laticínios, entrepostos de carne, leite peixe, ovos, mel, cêra e demais derivados da indústria pecuária e, de um modo geral,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

quando possível, de todos os produtos de origem animal nos locais de produção, manipulação, armazenagem e comercialização;

Corroborando este entendimento, temos ainda a Lei Federal 10.711/2003:

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

XVIII - fiscalização: **exercício do poder de polícia**, visando coibir atos em desacordo com os dispositivos desta Lei e de sua regulamentação, realizado por Fiscal Federal Agropecuário do Mapa ou por funcionário da administração estadual, municipal ou do Distrito Federal, capacitados para o exercício da fiscalização e habilitados pelos respectivos conselhos de fiscalização do exercício profissional;

Deve-se citar, no mesmo sentido, o Decreto Federal 5.153/2004.

Art. 70. A amostragem de sementes e de mudas, para fins da fiscalização da produção e do comércio, será executada por Fiscal Federal Agropecuário ou por Engenheiro Agrônomo ou Engenheiro Florestal de outro ente público, conforme o disposto neste Regulamento.

Verifica-se, portanto, que o termo FISCAL AGROPECUÁRIO encerra atribuições exclusivas de Engenheiros Agrônomos e Médicos Veterinários ou outros profissionais de nível superior. Isso está explicitado na legislação federal que regulamenta a defesa sanitária animal e vegetal.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

A ALEP não é competente para dar, alterar ou suprimir atribuições profissionais. Essa competência, no caso dos profissionais de agronomia é do Sistema CONFEA/CREAs e do Congresso Nacional.

Pelo exposto, acatar estas emendas resulta em conferir aos técnicos, atribuições que eles não têm, e legislar sobre matéria que não é da competência desta Casa de Leis.

Ademais, ao alterar a previsão da criação de 1.200 cargos, determinando a criação de apenas 600, a Bancada do PT acaba por alterar toda a estrutura do órgão que o Governo pretende criar, interferindo em competência privativa do Governador e dos Secretários do Estado, pois de acordo com o art. 86, III, da Constituição Estadual, compete a eles a direção superior da administração estadual.

Pelo exposto, opina-se pela rejeição das emendas 01 e 02, tendo em vista a ilegalidade e a inconstitucionalidade acima apontadas.

II – Emenda de Plenário 03.

A Emenda Substitutiva Geral de Plenário 03, de autoria da Liderança do Governo, visa alterar o Projeto de Lei 847/2011.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste
Regimento. (grifo nosso)

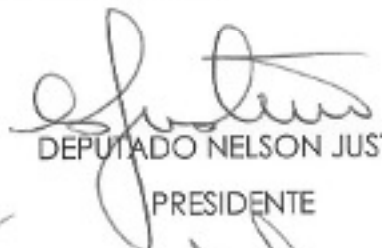
Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.


Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Todavia, faz-se necessária a subemenda em anexo, que altera o ANEXO II do substitutivo, pois faltou mencionar a função de técnico de laboratório no cargo de agente profissional.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **REJEIÇÃO** das emendas 01 e 02, da Bancada do PT, e pela **APROVAÇÃO** da emenda 03, na forma da subemenda em anexo.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

**SUBEMENDA MODIFICATIVA À EMENDA DE
PLENÁRIO Nº 03 DO PROJETO DE LEI Nº 847/2011**

Em conformidade com a previsão contida nos arts. 137 e 138 do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresentamos a presente subemenda modificativa à Emenda de Plenário nº 03, incluindo na tabela constante no Anexo II a função de técnico de laboratório no cargo de agente profissional, passando estes profissionais a contar com o adicional de atividade auxiliar de fiscalização agropecuária, conforme segue:

ANEXO II DO PROJETO DE LEI 847/2011

| CARREIRA | CARGO | FUNÇÃO | VANTAGEM | VALOR (R\$) |
|----------|---------------------|-----------------------------------|---|-------------|
| QPPE | AGENTE PROFISSIONAL | BIOLÓGO | ADICIONAL DE ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA - AAFA | 2.396,25 |
| | | ENGENHEIRO AGRONOMO | | |
| | | MÉDICO VETERINÁRIO | | |
| | AGENTE DE EXECUÇÃO | TÉCNICO DE MANEJO E MEIO AMBIENTE | ADICIONAL DE ATIVIDADE AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA - AAFM | 905,25 |
| | | TÉCNICO DE LABORATÓRIO | | |

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2011.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Prof: Lemos



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 23 MAR. 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 221/11

SÚMULA: Institui feriado estadual no dia 20 de novembro, em homenagem ao aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e ao Dia Nacional e Estadual da Consciência Negra.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Art. 71 da Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, feriado civil no Estado do Paraná, no dia 20 (vinte) de novembro, em homenagem ao aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e ao dia Nacional e Estadual da Consciência Negra.

Art. 2º - O Poder Público fica autorizado a executar ações comemorativas alusivas a tal celebração.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sessão do Plenário, 23 de março de 2011.

PROF: LEMOS
Deputado Estadual



15148 23/03/2011 001235 DP RESPO COO LEGISLATIVA DO PR



JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei ao instituir a data anual de 20 de novembro - data do falecimento de Zumbi dos Palmares e Dia Nacional da Consciência Negra - como feriado estadual tem o intuito de oferecer instrumento político para estimular a identificação e o reconhecimento do preconceito racial que permeia a sociedade brasileira, bem como de propiciar rica oportunidade de reflexão sobre tal preconceito no Estado do Paraná, com o objetivo maior de superá-lo e promover a igualdade racial.

O Dia da Consciência Negra já é instituído no Estado do Paraná através da Lei nº 15674, de 13/11/07 e também como feriado em diversas Cidades e Estados do Brasil, incluindo essa data em seus calendários oficiais.

A sociedade vive um momento em que o tema da discriminação racial ocupa lugar de destaque e insere-se no amplo debate em torno dos direitos humanos. Em consonância com tal momento, ampliam-se as ações governamentais voltadas para a promoção da igualdade racial e para a inclusão social dos brasileiros afrodescendentes. Nesse sentido, foi sancionada, nos primeiros dias do Governo do Presidente Lula, a Lei nº 10639, de 09/01/03, que Altera a Lei nº 9394, de 20/12/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e dá outras providências. O referido instrumento legal acrescenta, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o artigo 79-B, que inclui, no calendário escolar, o dia 20/11 como Dia Nacional da Consciência Negra.

Esta proposição amplia o alcance da Lei Federal nº 10639/03 e da Lei Estadual nº 15674 e constitui importante passo na luta dos negros em favor do reconhecimento de sua cultura, sua cidadania e da igualdade de direitos.

Zumbi, tal como Tiradentes - herói brasileiro homenageado com o feriado nacional de 21/04 - teve a cabeça decepada e exposta à exibição pública. Eternizou-se na consciência de todos os brasileiros como símbolo da luta pela liberdade, pelo respeito aos direitos humanos e pela igualdade racial. Sua importância já foi reconhecida por ocasião da inscrição de seu nome no Livro dos Heróis da Pátria, ao lado do próprio Tiradentes. Cabe-nos, então, reafirmar tal importância, instituindo o feriado de 20/11 como homenagem a esse valoroso herói negro, bem como torná-lo referência positiva de um herói negro para o povo brasileiro.

O quilombo dos Palmares, localizado na atual Cidade de União dos Palmares, na Serra da Barriga, Alagoas, era uma comunidade formada por negros que haviam conseguido escapar das fazendas em que eram escravizados, cuja população alcançou cerca de 30 mil pessoas. Zumbi nasceu livre em Palmares, no ano de 1655, mas foi capturado e entregue a um missionário português quando tinha aproximadamente nove anos. Batizado Francisco, Zumbi recebeu os sacramentos, aprendeu português e latim, e ajudava diariamente na celebração da missa. Apesar das tentativas de torná-lo civilizado, Zumbi escapou em 1670 e, com 15 anos, retornou a Palmares. Zumbi se tornou conhecido pela sua destreza e astúcia na luta e já era um estrategista militar respeitável quando chegou aos vinte e poucos anos. Logo ele se tornou líder do quilombo de



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Prof. Lemos

D. L.

Fls. 93

Palmares, continuando a resistência contra a opressão portuguesa. No entanto, 15 anos após ter assumido a liderança, foram organizadas, pelos colonizadores portugueses, sucessivas invasões ao quilombo. Em uma delas, Zumbi se feriu, mas conseguiu fugir. Após quase dois anos de batalhas, aos 40 anos de idade, Zumbi é surpreendido em seu reduto. Apunhalado, resiste, mas é morto e degolado, em 20 de novembro de 1695.

Mostra-se plenamente justificada mais essa homenagem a Zumbi dos Palmares e a todos militares dos movimentos em defesa da história brasileira, para que o povo do Estado do Paraná comemore o Dia Nacional e Estadual da Consciência Negra e que as autoridades do Estado decretem, pelo presente projeto de lei, feriado nessa data simbólica.

Entendemos ser iniciativa de grande importância a instituição oficial de uma data, como o fez a Lei nº 15674, que se constitua referência à herança histórica de tradição e resistência dos milhões de negros e negras brasileiros que, ainda hoje e de muitas formas, se veem apartados da vida social. A instituição de feriado neste dia reafirma o propósito emanado pela lei de 2007 e instiga a reflexão e discussão do tema junto a toda população paranaense.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 221/11

Projeto de Lei nº 221/11

Autor: Deputado Estadual Professor Lemos

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei tem por finalidade instituir o feriado estadual no dia 20 de novembro, em homenagem ao aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e ao Dia Nacional e Estadual da Consciência Negra, com intuito de oferecer instrumento político para estimular a identificação e o reconhecimento do preconceito racial que permeia a sociedade brasileira.

EMBASAMENTO JURÍDICO

O dia da consciência negra já é instituído no Paraná através da Lei nº 15.674, de 13 de novembro de 2007 sendo considerado feriado em diversas Cidades e Estados do Brasil, incluindo essa data em seus calendários oficiais.

Cidades do nosso estado já possuem esta data como feriado, a fim de proporcionar a reflexão e discussão do tema junto à população paranaense.

Cabe ainda salientar que a Lei Federal nº 12.288 de 20 de julho de 2010, institui o Estatuto da Igualdade Racial.

Art. 2º é dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresarias, educacionais,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury




culturais e esportivas, defendendo sua
dignidade e seus valores religiosos e culturais.

Diante do exposto, resta claro que o presente
projeto de lei é revestido de legalidade.





CONCLUSÃO

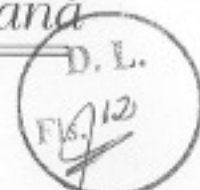
Diante do exposto, entende-se pela
aprovação do presente projeto de Lei, em virtude de sua ilegalidade.

Sala das Comissões, em 05 de setembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná




PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 221/11

I – SÍNTESE FÁTICA

O ilustre Deputado Professor Lemos, do Partido dos Trabalhadores, apresentou o presente Projeto de Lei, visando a instituição de feriado civil no dia 20 de novembro, em homenagem à morte de Zumbi dos Palmares e ao dia Nacional e Estadual da Consciência Negra. Da mesma forma, o pretense Diploma Legal autoriza o Poder Público Estadual a realizar ações comemorativas referentes a essa data.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Evandro Júnior, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de vício constitucional de ordem formal e/ou material, embora tenha havido parecer contrário, também da Comissão de Constituição e Justiça.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

De acordo com o que está disposto no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, mais especificamente no art. 33-R do, é



da competência da Comissão de Cultura a análise dos Projetos que versem sobre desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Ora, por óbvio, então, que esta proposição precisa passar por esta Comissão, uma vez que Zumbi dos Palmares é uma das personalidades mais destacadas da cultura brasileira, devendo-se incluir, por consequência, a cultura paranaense, já que, apesar de sua dimensão continental, o Brasil é um só país.

No que diz respeito, especificamente, ao mérito do presente Projeto de Lei, também merece acolhida, lembrando que a análise a respeito da legalidade e constitucionalidade já ocorreu na Comissão de Constituição e Justiça. Desse modo, qualquer que seja o desacordo com a Lei Federal nº 9.093/95, resta superado com a criteriosa análise da CCJ.

Assim, no que tange ao mérito do Projeto, sua finalidade é de absoluta importância, pois resgata a importância histórica de um personagem que tem inegável importância para a História do Brasil, mormente aquela estudada nas escolas brasileiras.

Assim, tal data poderá ser aproveitada para a realização de eventos que incentivem à população a conhecer este pedaço da História brasileira. Além disso, atividades culturais poderão ser realizadas para o incentivo à valorização dos negros, como forma de incutir a tolerância entre os brasileiros. Isso seria primordial para contribuir com o fim do preconceito e da discriminação, infelizmente, ainda presentes em nosso país, mesmo que de forma diminuta.

Por tudo isso, merece aplausos e a aprovação desta Comissão de Cultura o presente Projeto legislativo.



III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

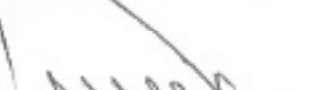
Curitiba, 19 de setembro de 2011.

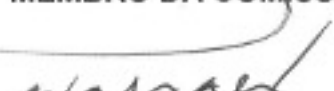

DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE


DEPUTADO RASCA RODRIGUES
RELATOR


DEPUTADA MARLA TURECK
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO CAIO QUINTANA
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO DA COMISSÃO

•
DEPUTADO NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO



Assembleia Legislativa do Paraná
GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

PARECER AO PROJETO DE LEI nº 221/2011

Súmula: Institui feriado estadual no dia 20 de novembro, em homenagem ao aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e ao Dia Nacional e Estadual da Consciência Negra.

Ressalta-se que o Dia da Consciência Negra já foi inserido em nosso ordenamento jurídico através da Lei Estadual nº 15.674, de 13 de novembro de 2007.

Dessa forma, a proposta em tela visa tão somente instituir a data anual de 20 de novembro como feriado no âmbito do Estado do Paraná, em homenagem ao aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e ao Dia Nacional e Estadual da Consciência Negra.

Ressalta-se que o nobre Deputado Prof. Lemos objetiva, com o presente Projeto de Lei, homenagear e, conseqüentemente, lembrar toda a sociedade do sofrimento dos negros ao longo da história, desde a época da colonização Brasil, tentando garantir seus direitos sociais.

Hoje temos várias leis que defendem esses direitos, como a de cotas nas universidades, pois acredita-se que, em razão dos negros terem sido marginalizados após o período de escravidão, não conseguiram conquistar os mesmos espaços de trabalho que o homem branco.



Assembleia Legislativa do Paraná
GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18


Na época da escravidão os negros não tinham direito ao estudo ou a aprender outros tipos de trabalho que não fossem os braçais, ficando presos a esse tipo de tarefa.

Muitos deles, estando libertos, continuaram na mesma vida por não terem condições de se sustentar.

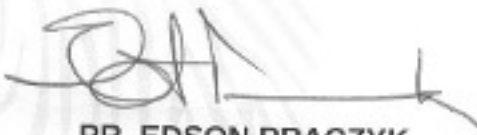
O dia da consciência negra é marcado pela luta contra o preconceito racial, contra a inferioridade da classe perante a sociedade. Além desses assuntos, enfatizam sobre o respeito enquanto pessoas humanas, além de discutir e trabalhar para conscientizar as pessoas da importância da raça negra e de sua cultura na formação do povo brasileiro e da cultura do nosso país.

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Curitiba, 11 de outubro de 2011.



TADEU VENERI
PRESIDENTE



PR. EDSON PRACZYK
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



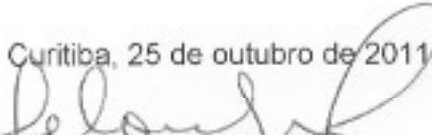
DESPACHO

Tendo em vista a aparente contradição apontada no Parecer exarado pelo Deputado Evandro Junior, a presente COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA constatou que se trata apenas de um erro material ou de grafia por ocasião da sua Conclusão as fls. 10, uma vez que o Parecer aprovado foi no sentido da **LEGALIDADE** da matéria apresentada.

Corroborando com esse entendimento, o **EXTRATO DA ATA** em anexo, publicado no dia 06 de setembro do corrente, onde consta que o Parecer aprovado foi **FAVORÁVEL**.

Em sendo assim, conclui-se que o parecer do ilustre DEPUTADO EVANDRO JÚNIOR foi pela **LEGALIDADE** do presente projeto apresentado.

Curitiba, 25 de outubro de 2011.


DEP. NELSON JUSTUS

Presidente da CCJ

Processo Legislativo

Comissões Permanentes

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EXTRATO DA ATA nº 25 - 17ª LEGISLATURA Tramitação de Projetos

Sessão Ordinária da data 05 de Setembro de 2011

Deputados Presentes: Nelson Justus, Pastor Edeon Praczyk, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Alexandre Curi, Nelson Luersen, Ademir Traiano e Evandro Junior.

01 - EMENDA DA COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE AO PROJETO DE LEI nº 342/11

Autor: Dep. Laiz Accerri e Raíza Rodrigues

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de aproveitamento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva nas construções em terrenos de áreas públicas.

RELATOR: DEP. TADEU VENERI

Parecer: Favorável - aprovado.

02 - EMENDAS DE PLENÁRIO (DUAS) AO PROJETO DE LEI nº 162/11

Autor: Dep. Plínio Miró

Fica acrescentado o 11 ao artigo 76 da Lei Estadual nº 15.668 de 16 de agosto de 2007, visando tornar obrigatório no Estado do Paraná contar em todas as edificações de habitação e estruturas diretas para obras públicas proporcionar pelo governo do estado, a utilização de no mínimo de 3% das vagas de emprego para mulheres no dia de construção de obras públicas.

RELATOR: DEP. EVANDRO JUNIOR

Parecer: Favorável - aprovado.

03 - EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI nº 196/11

Autor: Dep. Nereu Moura

Assegura aos proprietários rural a direito de explorar economicamente a produção de carnes animais rústicas de caninos nativos (coelhos, hamperadas, ratos, doninhas).

RELATOR: DEPALEXANDRE CURI

Parecer: Favorável - aprovado.

04 - EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI nº 334/11

Autor: Dep. Fabio Camargo

Regulamenta a cobrança das diárias dos meios de hospedagem no Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. EVANDRO JUNIOR

Parecer: Adiado pela ausência do Relator.

05 - PROJETO DE LEI nº 171/11

Autor: Caio Quintana

Dispõe sobre os procedimentos relativos aos atos praticados pelas empresas privadas e de regime.

RELATOR: DEP. TADEU VENERI

Parecer: Adiado pela ausência do Relator.

06 - PROJETO DE LEI nº 474/11

Autor: Pr. Edeon Praczyk

Estabelece o poder executivo a proceder a revisão do salário que especifica, em parâmetro de município do Estado do Paraná.

RELATOR: DEPCAIO QUINTANA

Parecer: Adiado pela ausência do Relator.

07 - PROJETO DE LEI nº 185/11

Autor: Pedro Lupion

Dispõe sobre o fechamento dos dados referentes e custódias das empresas operadoras de internet nas áreas que mencionam e das outras providências.

RELATOR: DEPCAIO QUINTANA

Parecer: Adiado pela ausência do Relator.

08 - PROJETO DE LEI nº 420/11

Autor: Dep. Hermes Brandão Jr

Estabelece a obrigatoriedade de identificação de fontes de origem e subseqüente desaparecimento no registro das imagens dos noticiários de TV e jornais exibidos no Estado do Paraná, assim como a fixação de cartazes nas estações rádio-fônicas, nas aeroportos e outras instalações públicas.

RELATOR: DEPALEXANDRE CURI

Parecer: Adiado pela ausência do Relator.

09 - PROJETO DE LEI nº 271/11

Autor: Dep. Douglas Fabrício

Fica vedada, pelas instituições de ensino privadas sediadas no Estado do Paraná, a cobrança de taxa de material de ensino de uso coletivo.

RELATOR: DEPCESAR SILVESTRI FILHO

Parecer: Adiado pela ausência do Relator.

10 - PROJETO DE LEI nº 226/11

Autor: Dep. Professor Lemes

Estabelece o dia 24 de setembro, em homenagem ao soldado morto na guerra de 1914, como o dia da memória e do soldado negro.

RELATOR: DEP. EVANDRO JUNIOR

Parecer: Favorável - aprovado.

11 - PROJETO DE LEI nº 479/11

Autor: Dep. Elton Welter

1º Anexo ao PL 587/11 autoria de Dep. Paranhos

Dispõe sobre a proibição de cobrança de despesas por entrada de carne no balcão financeiro, e dá outras providências.

RELATOR: DEPR. EDEON PRACZYK

Parecer: Favorável - aprovado.

12 - PROJETO DE LEI nº 217/11

Autor: Dep. Professor Lemes

Torna obrigatória a inscrição de conteúdos curriculares sobre relações entre as Ciências e Diversidade Sexual nos estabelecimentos de ensino e de outras providências.

RELATOR: DEP. CESAR SILVESTRI FILHO

Parecer: Adiado pela ausência do Relator.

13 - PROJETO DE LEI nº 495/11

Autor: Dep. Ademir Bier

Altera o calendário escolar oficial do Estado do Paraná, a "Festa da padroeira Nossa Senhora do Socorro" realizada no município de Marilândia.

RELATOR: DEPMARA LIMA (ido pelo Dep. Ademir Traiano)

Parecer: Favorável - aprovado.

14 - PROJETO DE LEI nº 438/11

Autor: Dep. Paranhos

Garante, em caso de urgência médica, aos integrantes das polícias civil e militar, do corpo de bombeiros militares, da polícia federal, da polícia rodoviária federal e agências penitenciárias, a internação e o tratamento médico em qualquer hospital ou clínica privada (particular), quando se tratar de ferimento ocorrido em decorrência do exercício de suas funções, bem como nas deslocamentos de caso para o trabalho e vice-versa.

RELATOR: DEPCESAR SILVESTRI FILHO

Parecer: Adiado pela ausência do Relator.

15 - PROJETO DE LEI nº 240/11

Autor: Dep. Professor Lemes

Decreto-lei nº 17, ao art. 129 da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de setembro de 1970, a qual estabelece a regulação jurídica das funcionalidades do poder executivo do Estado do Paraná, (Tempo de serviço prestado por professores e profissionais de ensino - carreira Paraná educação).

RELATOR: DEPFERNANDO SCANAVACA

Parecer: Adiado pela ausência do Relator.

16 - PROJETO DE LEI nº 496/11

Autor: Dep. Ademir Bier

Altera o calendário escolar oficial do Estado do Paraná, a festa nacional do coque anão que se realiza no município de Pira Itaipua.

RELATOR: DEPALEXANDRE CURI

Parecer: Favorável - aprovado.

17 - PROJETO DE LEI nº 468/11

Autor: Dep. Hermes Brandão Jr

Fica estabelecida as diretrizes para adoção de política de crédito ambiental de incentivo aos produtores rurais e agricultores familiares - crédito - no âmbito do Estado do Paraná e de outras providências.

RELATOR: DEPNEREU MOURA

Parecer: Adiado pela ausência do Relator.

18 - PROJETO DE LEI nº 222/11

Autor: Dep. Professor Lemes

Dispõe sobre o estatuto da igualdade étnica racial do estado do Paraná e de outras providências.

RELATOR: DEP. NEREU MOURA

Parecer: Adiado pela ausência do Relator.

19 - PROJETO DE LEI nº 481/11

Autor: Dep. Evandro Jr

Estabelece aos municípios a responsabilidade em controlar a vacinação das crianças pertencentes aos convênios, para o controle de zoonoses.

RELATOR: DEPALEXANDRE CURI

Parecer: Concedida vista ao Deputado Ademir Traiano.

20 - PROJETO DE LEI nº 306/11

Autor: Dep. Professor Lemes

Altera a redação do artigo 29 da Lei Complementar Nº 123 de 09/09/2008, que institui o plano de carreira dos funcionários de ensino da rede pública estadual de ensino.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

Parecer: Concedida vista ao Deputado Tadeu Veneri.

21 - PROJETO DE LEI nº 485/11

Autor: Dep. Mauro Moraes

Institui a comissão permanente de pesquisa e esclarecimento sobre a criação de órgãos no Estado do Paraná.



Projeto de Lei nº 315///



Dispõe sobre o uso de lagos, lagoas e represas públicas e privadas para a prática de esportes aquáticos.

Art. 1º Fica permitido o uso de lagos, lagoas e represas públicas e privadas do Estado do Paraná, incluindo os de captação de água para abastecimento e produção de energia elétrica, para a prática de esportes aquáticos que não utilizem motor de combustão por hidrocarboneto.

Art. 2º Os detentores do direito de explorar esses lagos, lagoas e represas de abastecimento deverão apresentar um plano de ocupação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias disciplinando o uso, onde seja prevista a proteção e defesa do meio ambiente.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2011.

RASCA RODRIGUES
Deputado Estadual - PV



JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei tem por objetivo permitir o uso de lagos, lagoas e represas públicas e privadas, destinadas a captação de águas para o abastecimento da população e produção de energia elétrica, para a prática de esportes aquáticos que não utilizem motores de combustão por hidrocarbonetos.

A importância de tal iniciativa se deve ao fato de que, ao qualificar um novo espaço para a prática de esportes e lazer, pretende-se incentivar igualmente o surgimento de uma nova sensibilidade ambiental, através da consciência da necessidade de manter limpas as fontes de captação de água.

Igualmente importante, a prática destes esportes em águas represadas contribui para a sua movimentação, fazendo com que a aeração (transferência de ar para água, aumentando os teores de oxigênio e nitrogênio e simultaneamente reduzindo os teores de gás carbônico, gás sulfídrico, cloro, metano e substâncias aromáticas) aconteça de forma induzida e necessária para a qualidade das águas.

Ao mesmo tempo, ao freqüentar tais espaços, a própria população transforma-se em fiscal do meio ambiente, coibindo e denunciando possíveis fontes poluidoras.

Para tanto, certos do valor da presente proposta, pedimos o apoio dos senhores e senhoras Parlamentares.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



VOTO EM SEPARADO AO PROJETO DE LEI 315/11

Projeto de Lei nº 315/11

Autor: Deputado Estadual Rasca Rodrigues

Súmula: Dispõe sobre o uso de lagos, lagoas e represas públicas e privadas para prática de esportes aquáticos.

EMENTA: USO DE LAGOS, LAGOAS E REPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS PARA PRÁTICAS DE ESPORTES AQUÁTICOS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA LEGISLATIVA AFERIDA. ART. 65 CE. ART. 24 CF. CONSTITUCIONAL. VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Rasca Rodrigues, que dispõe sobre o uso de lagos, lagoas e represas públicas e privadas para prática de esportes aquáticos.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre proteção ao meio ambiente, conforme o artigo 24, inciso VI, da Constituição Federal, determina:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2011.

FERNANDO SCANÁVACA
DEPUTADO ESTADUAL

Praça Nossa Senhora da Saleta, s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Handwritten signatures and notes at the bottom of the page, including "Vinculo 9", "Pastor Edison", "12/07/11", and various initials and numbers.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Ecologia e Meio Ambiente



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 315/2011

Projeto de Lei nº 315/2011
Autor: Deputado Rasca Rodrigues

Súmula: Dispõe sobre o uso de lagos, lagoas e represas públicas e privadas para prática de esportes aquáticos.

PARECER

Primeiramente, insta salientar que cabe a esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente manifestar-se sobre as proposições que interfiram ou alterem o meio ambiente, assim como aquelas que pretendam dispor sobre a conservação da natureza e evitar a depredação dos recursos naturais, conforme dispõe o art. 33-K, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Dessa maneira, passamos a analisar o presente projeto, o qual se demonstra extremamente meritório, tendo em vista criar novos espaços para a prática de esportes e lazer.

Ademais, a iniciativa acaba por auxiliar na proteção do meio ambiente, uma vez que a própria população que freqüentará tais áreas se transformará em fiscal do meio ambiente, coibindo e denunciando possíveis fontes poluidoras.

Pelo exposto, não há óbices para a aprovação da proposição ora em análise. Todavia, em discussão com o próprio autor do projeto, encontramos alguns pontos que mereceram melhor análise. Portanto, propomos pequenas mudanças no projeto com o intuito de aperfeiçoar a sua redação.

Praça Nossa Senhora da Saleta – s/nº - Centro Cívico – Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Ecologia e Meio Ambiente

D. L.

Fls. 26

CONCLUSÃO

Diante dos fundamentos expostos, opina-se pela
APROVAÇÃO do projeto de lei ora em análise **na forma do substitutivo geral em anexo.**

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2011

DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEIDA

PRESIDENTE

DEPUTADO PEDRO LUPION

RELATOR

SUBSTITUTIVO GERAL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Ecologia e Meio Ambiente



De acordo com o que determina os artigos 29, III; 137, §2º; e 141, II, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, passa o Projeto de Lei nº 315/11, a contar com a seguinte redação:

Súmula: Dispõe sobre o uso de lagos, lagoas e represas públicas e privadas para a prática de esportes aquáticos.

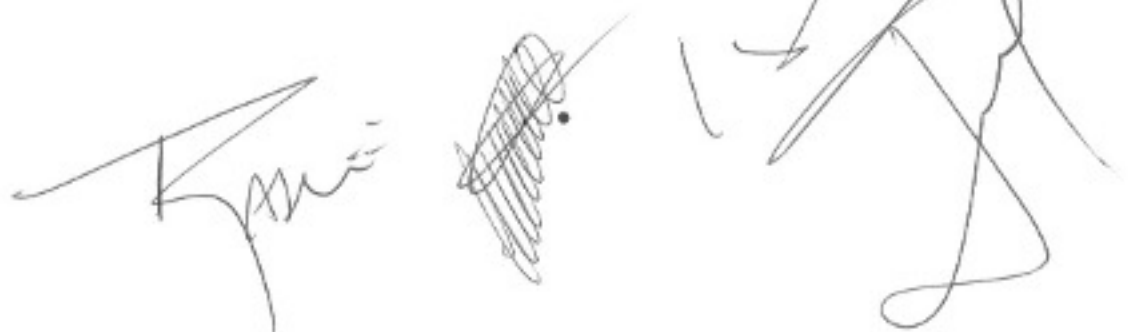
Art. 1º Fica permitido o uso de lagos, lagoas e represas públicas e privadas do Estado do Paraná, destinadas à captação de água para abastecimento, para a prática de esportes aquáticos que não utilizem motor de combustão por hidrocarboneto.

Art. 2º Os detentores do direito de explorar esses lagos, lagoas e represas de abastecimento deverão apresentar um plano de ocupação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias disciplinando o uso, onde seja prevista a proteção e defesa do meio ambiente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2011.

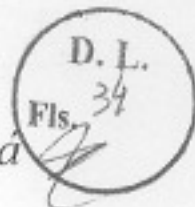

DEPUTADO PEDRO LUPION



Praça Nossa Senhora da Selete - s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 315/11

Projeto de Lei nº 315/11

Autor da emenda: Deputado Pedro Lupion.

Súmula: Dispõe sobre o uso de lagos, lagoas e represas públicas e privadas para prática de esportes aquáticos.

**EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O
PROJETO DE LEI Nº 315/11.
POSSIBILIDADE. ARTS. 33 E 141
REGIMENTO INTERNO ALEP.
CONSTITUCIONAL. PARECER PELA
APROVAÇÃO.**

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues, tinha como objetivo dispor sobre o uso de lagos, lagoas e represas públicas e privadas para prática de esportes aquáticos, sendo que recebeu parecer favorável (voto em separado) da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Fernando Scanavaca.

Ocorre que, recebeu Emenda Substitutiva Geral da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, de autoria do Deputado Pedro



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lupion. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 36

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta pelo relator na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.


Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.



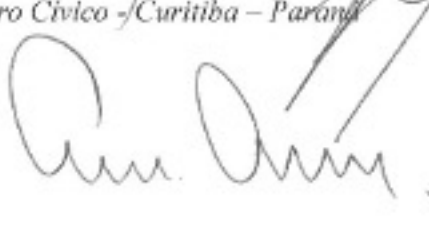
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva proposta pelo Deputado Pedro Lupion, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 30 agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Esportes



PARECER

Projeto de Lei nº 315/11

Autor: DEP. RASCA RODRIGUES

Súmula: Dispõe sobre o uso de lagos, lagoas e represas públicas e privadas para a prática de esportes aquáticos.

O Projeto de Lei em análise tem como escopo regulamentar a prática de esportes nos locais que especifica.

Aprovada sua constitucionalidade, o presente Projeto recebeu parecer favorável quanto ao mérito nas demais comissões, passando então a esta Comissão para que, de acordo com as atribuições regimentais, se manifeste acerca de sua viabilidade. É o que dispõe o Regimento Interno da ALEP/PR:

Art. 33-S Compete à Comissão de Esportes manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à prática, incentivo e difusão de todas as modalidades de esportivas.

Assim sendo, em não havendo nenhum óbice quanto ao mérito da proposição em tela, bem como restando evidente a importância da matéria, esta Comissão se manifesta exarando parecer FAVORÁVEL ao Projeto em questão.

Sala das Comissões, em 23/11/11

DEPUTADO NEY LEPREVOST
PRESIDENTE

DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR



PROJETO DE LEI Nº 539/11

Ementa: Institui a Semana Estadual do Aleitamento Materno.

Art. 1º. Fica instituída a Semana Estadual do Aleitamento Materno, a ser comemorada, anualmente, na primeira semana do mês de outubro de cada ano.

Art. 2º. A semana de que trata a presente Lei passa a integrar o Calendário Oficial do Estado do Paraná.

Art. 3º. A Semana Estadual do Aleitamento Materno tem como objetivo:

I - estimular atividades de promoção, proteção e apoio à amamentação;

II - apoiar a mulher e conscientizá-la de seu papel como mãe e nutriz;

III - sensibilizar os diversos segmentos da sociedade para que compreendam e apoiem a mulher que amamenta.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de junho de 2011.


DR. BATISTA

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei que visa instituir a Semana Estadual do Aleitamento Materno, a ser comemorada, anualmente, na primeira semana do mês de outubro de cada ano.

Toda mãe oferece carinho e afeto para seu bebê mas nem todas conseguem amamentar. Para os bebês que necessitam do leite humano para sobreviver, o seu gesto contribui para a redução da mortalidade infantil e a melhora da qualidade de vida dos bebês beneficiados, e ainda ganha a gratidão de muitas mães.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente proposição.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 539/11

Projeto de Lei nº 539/11

Autor: Deputado Estadual Dr. Batista

PREFÁCIO

O presente Projeto de Lei objetiva instituir a semana estadual do aleitamento materno, que será comemorado anualmente na primeira semana de outubro, a fim de que sejam realizadas ações para promoção, proteção e apoio à amamentação, apoiar a mulher e conscientizá-la de seu papel de mãe e nutriz e sensibilizar os diversos segmentos da sociedade para que compreendam e apoiem a mulher que amamenta.

EMBASAMENTO JURÍDICO

O REGIMENTO Interno desta Casa de Leis, visualizamos a competência do nobre Deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, AO Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos , ressaltada a competência exclusiva do



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição Estadual determina ainda, que a cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes



Públicos, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

A Carta Magna, ciente da importância da instituição de datas comemorativas como meio de difusão da cultura nacional, autorizou sua fixação de iniciativa legislativa:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais:

(...)

§ 2º a lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Cumpre também abordar a previsão constitucional federal, artigo 24, XII, que dispõe sobre a competência da União, Estados e Municípios para legislar concorrentemente no que diz respeito à defesa da saúde, sendo, ainda, prerrogativa do



Estado em garantir o acesso à saúde, mediante políticas sociais que visem a redução do risco de doenças e de outros agravos.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Neste sentido, é o que está posto no artigo 167 da Constituição Estadual, cuja redação dita que a saúde deve ser estabelecida pelo poder público através de sua promoção, proteção e recuperação. A ênfase constitucional, nesse aspecto, está pautada em iniciativas e políticas de prevenção que combatam a proliferação de patologias.

No entanto, vislumbra-se da presente proposição o avanço nos aspectos de prevenção, todavia, tão somente para atribuir uma semana para a conscientização da mãe e de toda uma sociedade sobre a importância do aleitamento materno.

Diante disso, considerando que a matéria abrangida não se enquadra no rol de competência privativa ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



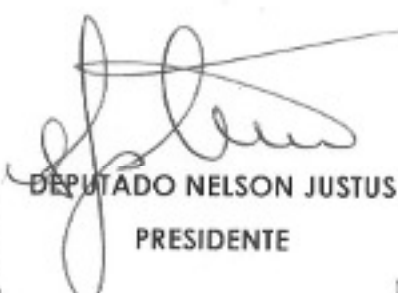
Verificado os requisitos constitucionais formais, afere-se que as proposições respeitam, igualmente, as demais normas constitucionais de cunho material, bem como, as normas infraconstitucionais.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.


CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se pela aprovação do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.



Sala das Comissões, em 27 de setembro 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR



Prça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 539/2011

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Dr. Batista, que objetiva inserir no Calendário Estadual do Paraná a "Semana Estadual do Aleitamento Materno", a ser comemorado, anualmente, na primeira semana do mês de outubro.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável, opinando pela normal tramitação do projeto.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo estimular, apoiar, sensibilizar e conscientizar a sociedade em relação ao aleitamento materno. Aleitamento que contribui para a melhora de qualidade de vida e redução da mortalidade infantil.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em de novembro de 2011.

Presidente

MARLA TURECK
Relatora

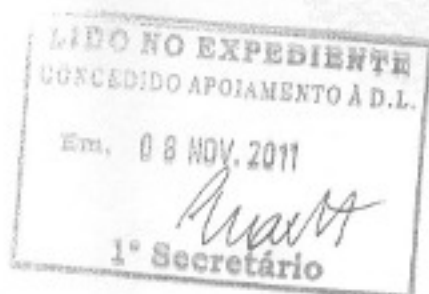


**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI No. 875/11




SÚMULA: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO DOS AUTISTAS DE DOIS VIZINHOS – APADV, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS.

ART 1º. – Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO DOS AUTISTAS DE DOIS VIZINHOS - APADV, com sede e foro no município de Dois Vizinhos/PR.

ART 2º. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de sessões, em 07 de novembro de 2011.


ROSE "LITRO"
Deputada Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO DOS AUTISTAS DE DOIS VIZINHOS – APADV, fundada em 2009, é instituição sem fins lucrativos e tem por finalidade a assistência, promoção e incentivo de pesquisas sobre o AUTISMO, além de desenvolver programas de amparo, ajuda, adaptações, reabilitações e integração social, sem distinção de raças, cor, condição social, credo político ou religioso, incluindo-se aí também a defesa dos interesses e direitos protegidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para a consecução de seus objetivos, a APDV tem mantido intercâmbio com associações e instituições especializadas em assuntos sobre AUTISMO tanto no Brasil como no exterior, num esforço conjunto para a melhora da qualidade de vida das pessoas portadoras de autismo, através das seguintes ações (entre outras):

- aprendizado para uma vida mais digna e produtiva;
- cuidados com os medicamentos
- atendimento médico e odontológico com assistência permanente;
- cuidados com a vida diária
- fornecimento de refeições (se for o caso)
- transporte até o local de atendimento á todos os portadores

Pelo caráter beneficente da referida Instituição, que pleiteia sua DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL, solicitamos o apoio dos nobres pares.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 875/2011

Projeto de Lei nº. 875/2011

Autor: Deputada Estadual Rose "Litro"

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a **Associação de Proteção dos Autistas de Dois Vizinhos - APADV**, com sede e foro no Município de Dois Vizinhos.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Rose "Litro", tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação de Proteção dos Autistas de Dois Vizinhos - APADV**, com sede e foro no Município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI

RELATOR

PROJETO DE LEI N.º 901/2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a estadualizar os trechos que especifica.

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar os seguintes trechos rodoviários:

I – Entroncamento da PRC-466 - Sede do Município de Arapuã, com extensão de 7,19 km;

II – Entroncamento da PRC-466 - Sede do Município de Boa Ventura de São Roque, com extensão de 10,70km;

III – Entroncamento da PR-364 - Sede do Município de Campina do Simão, com extensão de 27,18 km;

IV – Entroncamento da PR-449 - Sede do Município de Coronel Domingos Soares, com extensão de 13,41 km.

V - Entroncamento da PR-481 (Ampére) - Entroncamento PR-878 (Pinhal de São Bento) – 16.5 km,

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 20 de outubro de 2011, 190º da Independência e 123º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

MENSAGEM N.º 75/2011

Curitiba, 20 de outubro de 2011

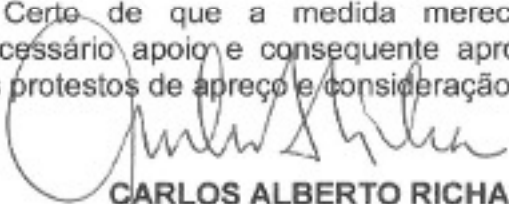
Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a estadualizar os trechos rodoviários que especifica, que compõe o Programa de Ligação de Sedes Municipais à Rede Rodoviária Estadual, para fins de apreciação por essa Assembleia Legislativa.

Inicialmente, cumpre ressaltar que a presente proposta visa atender ao interesse público, uma vez que a estadualização dos citados trechos rodoviários contribuirá no desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Arapuá, Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Coronel Domingo Soares e Ampere, melhorando o acesso de suas populações aos serviços públicos ofertados nos grandes centros urbanos.

Ressaltamos que o programa ora proposto foi elaborado com base nas manifestações de moradores, lideranças comunitárias e políticas, sendo de grande interesse para os municípios.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

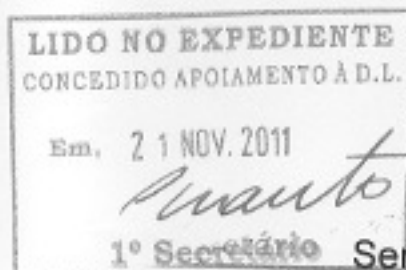
Excelentíssimo Senhor
Deputado Valdir Rossoni
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
N/CAPITAL

Prot. N.º 07.926.875-61 (público)

GABINETE DO GOVERNADOR



Palácio das Araucárias – Curitiba, 24 de outubro de 2011
OF CEE/G 175/11



1º Secretário

Senhor Presidente,


I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em, _____

Presidente

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 75/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a estadualizar trechos rodoviários que compõem o Programa de Ligação de Sedes Municipais à Rede Rodoviária Estadual.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

14:16 21/11/2011 009238 DAP RESSUMIDO LEGISLATIVO DO PMSM

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacé Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 901/11

Projeto de Lei nº. 901/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 075/11

EMENTA: ESTADUALIZAÇÃO DE TRECHOS
RODOVIÁRIOS. PODER EXECUTIVO
POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO
CHEFE DO PODER EXECUTIVO. LEGITIMIDADE
AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE.
CONSTITUCIONAL. PARECER PELA
APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo estadualizar os seguintes trechos rodoviários:

- PRC-446 no município de Arapuã, com extensão de 7,19Km;
- PRC-466 no município de Boa Ventura de São Roque, com extensão de 10,70Km;
- PR-364 no município de Campina do Simão, com extensão de 27,18Km e;
- PR-449 no município de Coronel Domingos Soares, com extensão de 13,41Km.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

...

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Desta maneira, não havendo óbices, opina-se pela aprovação do projeto de lei

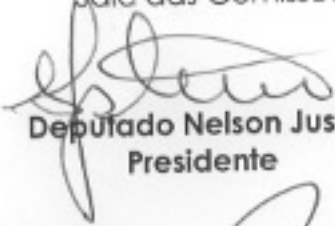


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 28 de Novembro de 2011.


Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Elio Rusch
Relator



~~ANEXO~~ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 915/2011

Súmula: Dispõe sobre as regras para qualificação de entidades como Organizações Sociais no âmbito do Estado do Paraná, cujas finalidades estatutárias sejam atinentes às atividades e serviços prestados pelo Estado, vedados os casos de exclusividade do Poder Público.

CAPÍTULO I
DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Seção I
Da Qualificação

Art. 1.º – O Poder Executivo poderá qualificar como Organizações Sociais pessoas jurídicas de direito privado, organizadas para fins não econômicos, cujas finalidades estatutárias sejam atinentes às atividades e serviços prestados pelo Estado, vedados os casos de exclusividade do Poder Público.

§ 1.º As ações voltadas ao fomento das Organizações Sociais serão coordenadas pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral.

§ 2.º A implementação das ações programadas pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral não impedem a Administração Pública Estadual de, observado o interesse público, promover a concessão ou permissão de serviços.

§ 3.º A gestão, por entidades qualificadas como Organizações Sociais, de atividades e serviços atualmente desempenhados por órgãos e entidades públicos do Estado do Paraná, será promovida sem prejuízo da continuidade da correspondente prestação dos serviços à população beneficiária.

§ 4.º A execução das atividades pelas Organizações Sociais de que trata esta Lei, pressupõe prévia manifestação da Secretaria de Estado da área correspondente, em parecer favorável, demonstrando a sua conveniência e oportunidade.

§ 5.º No que concerne às atividades atinentes ao ensino, fica vedada a contratação de Organizações Sociais para a prestação de serviço de ensino regular (fundamental, médio e superior) no Estado do Paraná.

Art. 2.º – São requisitos específicos para que as pessoas jurídicas habilitem-se à qualificação como Organização Social:

GABINETE DO GOVERNADOR



I – comprovar o registro de seu ato constitutivo ou alteração posterior, dispondo sobre:

- a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
- b) finalidade não econômica, com obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
- c) aceitação de novos membros ou associados, na forma do estatuto, no caso das associações civis;
- d) previsão de incorporação integral do patrimônio, legados ou doações que lhes foram destinados por força do Contrato de Gestão e a ele afetados, bem como dos excedentes financeiros vinculados ao referido instrumento, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra Organização Social congênere qualificada no âmbito do Estado na mesma categoria, ou ao patrimônio do Estado ou dos municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados;
- e) previsão de adoção de práticas de planejamento sistemático de suas ações, mediante instrumentos de programação, orçamentação, acompanhamento e avaliação de suas atividades;
- f) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial do Estado, de relatórios financeiros, elaborados em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade, e dos relatórios de execução do Contrato de Gestão; e
- g) proibição de distribuição de bens ou de parcelas do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive, no caso das associações civis, em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade.

II – dispor, a entidade, da seguinte estrutura básica:

- a) Assembleia Geral, como órgão de deliberação superior, para as associações civis;
- b) Conselho Curador, Deliberativo ou Superior, como órgão de deliberação superior, para as fundações privadas;
- c) Diretoria Executiva ou instância equivalente, como órgão de gestão; e
- d) Conselho Fiscal ou instância equivalente, como órgão de fiscalização da administração contábil e financeira da entidade.

Art. 3.º – A entidade que decidir pleitear sua qualificação como Organização Social deverá manifestar sua vontade mediante requerimento de qualificação, a ser encaminhado ao Secretário de Estado da área correspondente à sua finalidade estatutária, acompanhado de cópia autenticada dos seguintes documentos:

GABINETE DO GOVERNADOR



- I – estatuto devidamente registrado em cartório;
- II – ata de eleição ou nomeação dos integrantes da atual Diretoria Executiva ou instância equivalente;
- III – comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- IV – plano estratégico da entidade;
- V – comprovante de experiência anterior na execução de projetos, programas ou planos de ação relacionados à atividade da qualificação pretendida, quando for exigido;
- VI – currículo dos membros da Diretoria Executiva ou instância equivalente;
- VII – qualificação dos membros da equipe técnica da entidade; e
- VIII – documentação comprobatória de regularidade fiscal, previdenciária e fundiária.

§ 1.º O requerimento de que trata o *caput* deste artigo deverá ser examinado pela Secretaria de Estado correspondente à atividade estatutária da entidade para verificação dos seguintes aspectos:

- I – cumprimento das exigências desta Lei; e
- II – demonstração da capacidade técnica e operacional da entidade para a eventual gestão de atividades e serviços a serem descentralizados.

§ 2.º Atendidos os pressupostos previstos no parágrafo anterior, será o processo encaminhado à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral, para análise e parecer.

§ 3.º Sendo favoráveis os pareceres para qualificação da entidade como Organização Social, o Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral encaminhará exposição de motivos ao Chefe do Poder Executivo, acompanhada da minuta de decreto específico de qualificação da entidade como Organização Social.

Art. 4.º – A qualificação da entidade como Organização Social dar-se-á por ato do Governador do Estado.

Seção II **Da Desqualificação**

Art. 5.º – A entidade será desqualificada como Organização Social, mediante decreto específico do Chefe do Poder Executivo, nos seguintes casos:

- I – dispor, de forma irregular, dos recursos, ou bens que lhe forem destinados;

GABINETE DO GOVERNADOR



II – incorrer em irregularidade fiscal ou trabalhista;

III – descumprir os termos da legislação vigente, bem como as normas estabelecidas nesta Lei; e

IV – descumprir quaisquer das cláusulas consignadas no Contrato de Gestão.

Parágrafo único. A perda da qualificação de que trata este artigo dar-se-á mediante decisão proferida em processo administrativo, instaurado na respectiva Secretaria de Estado da área correspondente, devendo ser observado o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 6.º – A perda da qualificação como Organização Social importará na rescisão de eventual Contrato de Gestão já firmado entre a entidade e a Administração Pública Estadual.

Parágrafo único. Decretada a desqualificação da entidade como Organização Social, os bens cujo uso lhe tenha sido permitido, bem como o saldo dos recursos entregues para a execução do Contrato de Gestão, deverão ser revertidos, imediatamente, ao Estado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

CAPÍTULO II DO CONTRATO DE GESTÃO Seção I

Da Definição, Elaboração e Celebração

Art. 7.º – Para os efeitos desta Lei, entende-se por Contrato de Gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como Organização Social, com vistas à formação de uma parceria entre as partes para gestão de atividades relativas às áreas previstas no *caput* do artigo 1.º desta Lei.

Art. 8.º – Na elaboração do Contrato de Gestão, deverão ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, bem como deverá discriminar as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público Estadual e da Organização Social, e também os seguintes preceitos:

I – especificação do programa de trabalho proposto pela Organização Social, devendo conter os objetivos, a justificativa, a relevância, os órgãos e entidades públicos e privados envolvidos na execução, a estipulação das metas e prazos de execução, bem como critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados mediante indicadores de qualidade e produtividade;

II – que, em caso de rescisão ou término do Contrato de Gestão ou de extinção da entidade, os bens adquiridos pela Organização Social na execução do contrato serão incorporados ao patrimônio do Estado;

GABINETE DO GOVERNADOR



III – previsão para que o Poder Público possa requisitar a apresentação pela entidade qualificada, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, de relatório pertinente à execução do Contrato de Gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro, assim como suas publicações no Diário Oficial do Estado.

Art. 9.º – A celebração dos contratos de que trata o art. 7.º será precedida de convocação pública das Organizações Sociais, por intermédio do Diário Oficial do Estado, para que todas as interessadas em celebrá-lo possam apresentar seu programa de trabalho.

Art. 10 – O Poder Público dará publicidade da decisão de firmar cada Contrato de Gestão, indicando as atividades que deverão ser executadas, e das entidades que manifestaram interesse na celebração de cada Contrato de Gestão.

Art. 11 – O Contrato de Gestão celebrado pelo Estado será publicado no Diário Oficial do Estado, devendo constar, ao menos, a súmula do objeto do contrato.

Seção II

Da Execução e Fiscalização do Contrato de Gestão

Art. 12 – A execução do Contrato de Gestão celebrado por Organização Social será supervisionada pelo Secretário de Estado da pasta envolvida, nas áreas correspondentes.

§ 1.º – Os resultados atingidos com a execução do Contrato de Gestão serão analisados, em período não superior a seis meses, por Comissão de Avaliação e Fiscalização indicada pelo Secretário de Estado competente, composta por profissionais de notória especialização, que emitirá relatório conclusivo, a ser encaminhado àquela autoridade e aos órgãos de controle interno e externo do Estado do Paraná.

§ 2.º – Será formada uma comissão de avaliação e fiscalização da execução por Contrato de Gestão das organizações sociais, da qual trata o parágrafo anterior, compondo-se de 4 (quatro) membros, sendo 2 (dois) servidores públicos efetivos indicados pelo Secretário de Estado da área correspondente, reservando-se, também, 2 (duas) vagas para membros integrantes indicados pela sociedade civil organizada. A comissão deverá encaminhar, semestralmente, relatório de suas atividades à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral.

Art. 13 – Em caso de risco na execução das obrigações assumidas no Contrato de Gestão, será de competência do Estado assumir a execução dos serviços, com garantia de sua continuidade.

GABINETE DO GOVERNADOR



§ 1.º – A intervenção será realizada mediante Decreto emitido pelo Chefe do Poder Executivo, o qual indicará o interventor e mencionará os objetivos, limites e duração, esta não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

§ 2.º – Decretada a intervenção, a comissão de avaliação e fiscalização indicada pelo Secretário de Estado da área correspondente deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação do ato respectivo, instaurar processo administrativo para apurar as causas determinantes da medida e definir as devidas responsabilidades, sem quaisquer prejuízos à ampla defesa e ao contraditório.

§ 3.º – Cessados os motivos geradores da intervenção e não constatada qualquer infração dos gestores, poderá a Organização Social retomar suas atividades.

§ 4.º – Em caso de comprovação de descumprimento desta Lei, ou mesmo do Contrato de Gestão, será declarada a desqualificação da entidade como Organização Social, com a devida reversão do serviço ao Estado, sem prejuízo de quaisquer outras sanções cabíveis.

§ 5.º – Enquanto durar a intervenção, os atos praticados pelo interventor deverão, obrigatoriamente, seguir as normas que regem toda a Administração Pública Estadual.

Art. 14 – Os responsáveis pela fiscalização da execução do Contrato de Gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por Organização Social, darão ciência ao Secretário de Estado da área correspondente, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 15 – Qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical é parte legítima para denunciar irregularidades cometidas pelas Organizações Sociais ao Tribunal de Contas e à Assembleia Legislativa do Estado.

Art. 16 – O balanço e demais prestações de contas da Organização Social devem, necessariamente, ser publicados no Diário Oficial do Estado e analisados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Seção III Do Fomento às Atividades Sociais

Art. 17 – As entidades qualificadas como Organizações Sociais ficam equiparadas, para todos os efeitos legais, como entidades de interesse social e utilidade pública estadual, durante o período de vigência do Contrato de Gestão.

Art. 18 – Serão destinados recursos orçamentários às Organizações Sociais classificadas e, eventualmente, bens públicos necessários ao cumprimento do Contrato de Gestão, respeitados os limites legais e os interesses da Administração Pública.

§ 1.º – Ficam assegurados às Organizações Sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no Contrato de Gestão.

§ 2.º – Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do Contrato de Gestão, parcela de recursos para fins do disposto no artigo 19 desta Lei, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela Organização Social.

§ 3.º – Os bens de que trata este artigo serão destinados às Organizações Sociais, consoante cláusula expressa do Contrato de Gestão.

Art. 19 – Poderão ser cedidos às Organizações Sociais, mediante permissão de uso, bens públicos imóveis necessários ao cumprimento do Contrato de Gestão, nas condições previstas no art. 10 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 20 – Os bens móveis públicos permitidos para uso poderão ser substituídos por outros de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimônio do Estado.

Parágrafo único – A permuta de que trata o *caput* deste artigo dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Poder Público.

CAPÍTULO III **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

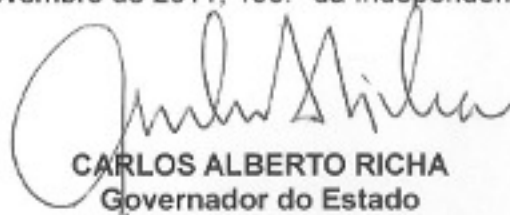
Art. 21 – A Organização Social fará publicar na Imprensa e no Diário Oficial do Estado, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da publicação do decreto de qualificação, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará na contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

Art. 22 – Os Conselheiros e Diretores das Organizações Sociais não poderão exercer outra atividade remunerada, com ou sem vínculo empregatício, na mesma entidade.

Art. 23 – O Poder Executivo regulamentará esta Lei por Decreto.

Art. 24 – Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 55/2011

Curitiba, 17 de novembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre as regras para a qualificação de entidades como Organizações Sociais no âmbito do Estado do Paraná.

Inicialmente, cumpre mencionar que Organização Social é uma qualificação que a Administração outorga a uma associação civil ou fundação, sem fins lucrativos, e que necessariamente comunguem o interesse da comunidade. Com esta qualificação outorgada pelo Poder Público, aquela poderá receber determinados benefícios, especificamente quando selecionada para a consecução de serviços de interesse público na vigência de um Contrato de Gestão firmado com a Administração, tais como dotações orçamentárias, isenções fiscais, etc.

As Organizações Sociais surgiram no ordenamento jurídico pátrio no final da década de 90, fazendo parte de uma política de Reforma do Estado, sendo que tais organizações sociais foram a estratégia central para permitir e incentivar a publicização. Assim, nascia uma forma de incentivar a produção não lucrativa pela sociedade de bens ou serviços públicos não exclusivos do Estado, tendo como seu objetivo final maximizar os resultados da ação social em geral, atenuando disfunções operacionais do Estado.

Assim, a iniciativa das OSs (Organizações Sociais) difundiu-se pelo Brasil. Hoje, são vários os Estados que dispõem de regulamentação para a atuação de Organizações Sociais em diversos setores, dentre eles Sergipe, Bahia, São Paulo, Distrito Federal e Pernambuco. Deste modo, as OSs atuam em áreas como a cultura, a ciência e tecnologia, a educação, a saúde e, ainda, nas mais diversas esferas onde a Administração se faz presente e que, indubitavelmente, tem o cidadão como seu destinatário final de serviços sociais.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA - PR

Prot. Nº 10.885.771-4
lhp/td

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476



Desta forma, as OSs tornaram-se uma proposta de modelo de parceria entre o Estado e a Sociedade. Dito isto, vale ressaltar que o Estado continuará a fomentar as atividades publicizadas e exercerá sobre todas estas atividades um controle estratégico, cobrando resultados para o atendimento dos objetivos das políticas públicas. Insta salientar que isto ocorrerá pela forma de Contrato de Gestão.

Acerca do instrumento de Contrato de Gestão, vale destacar ensinamento de Hely Lopes Meirelles¹: *"O contrato de gestão tem sido considerado como elemento estratégico para a reforma do aparelho administrativo do Estado. Ele não apresenta uniformidade de tratamento nas várias leis que o contemplam, mas sua finalidade básica é possibilitar à Administração Superior fixar metas e prazos de execução a serem cumpridos pela entidade privada ou pelo ente da Administração indireta, a fim de permitir melhor controle de resultados"*.

Ademais, imperioso comentar as inúmeras vantagens que trazem as Organizações Sociais, tais como a significativa agilidade e qualidade nas aquisições de bens e serviços, refletindo esta agilidade na conservação do patrimônio público eventualmente cedido para a consecução das atividades contratadas para as OSs, dentre outras. Ainda, o maior ganho refere-se à gestão organizacional em geral, por conta dos mecanismos de controle finalísticos, ou seja, por meio de avaliação de resultados e atendimento de metas estabelecidas no Contrato de Gestão.

Por fim, cumpre ressaltar que é vedada a contratação de OSs (Organizações Sociais) para a prestação de serviço de ensino regular (ensino fundamental, médio e superior) e de Segurança Pública no Estado do Paraná.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

1 MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo, 15 ed., p. 419

GABINETE DO GOVERNADOR



Palácio das Araucárias – Curitiba, 17 de novembro de 2011
OF CEE/G 161/11



I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em, 22/11/2011

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 55/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre as regras para a qualificação de entidades como Organizações Sociais no âmbito do Estado do Paraná.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/GUI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 915/2011

Autor: PODER EXECUTIVO

Súmula: DISPÕE SOBRE AS REGRAS PARA QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES COMO ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ, CUJAS FINALIDADES ESTATUTÁRIAS SEJAM ATINENTES ÀS ATIVIDADES E SERVIÇOS PRESTADOS PELO ESTADO, VEDADOS OS CASOS DE EXCLUSIVIDADE DO PODER PÚBLICO.

EMENTA: COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO PARA PROPOSITURA. DISCUSSÃO DA MATÉRIA NO ÂMBITO DO STF. CONSTITUCIONALIDADE PRESUMIDA. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade dispor sobre as regras para qualificação de entidades como organizações sociais no âmbito do Estado do Paraná, cujas finalidades estatutárias sejam atinentes às atividades e serviços prestados pelo Estado, vedados os casos de exclusividade do Poder Público; vale dizer, para os serviços públicos atinentes ao Ensino regular (fundamental, médio e superior) e à Segurança Pública.

Prevê o Projeto:

- todas as ações serão coordenadas pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral, a qual incumbirá, após análise prévia da Pasta correspondente à finalidade da prestação de serviços, emitir parecer e exposição de motivos ao Chefe do Poder Executivo para indicar a entidade como Organização Social, o que ocorrerá através de Decreto específico do Poder Executivo. No mesmo passo, cabe à Secretaria do Planejamento a apreciação dos relatórios das atividades da Comissão de Avaliação e Fiscalização da execução dos contratos de gestão entabulados.

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Saleté, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br

| |
|-------------------------|
| Concedido Vistas |
| Senhor Deputado |
| <i>Sedes Deputados</i> |
| Em, 29, 11, 20 11 |
| CCJ |



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

- os requisitos específicos para que as pessoas jurídicas habilitem-se à qualificação como Organização Social, tanto no que toca à regularidade jurídica, como no que toca à estrutura básica para exercer as atividades afetas à sua finalidade.
- as formas de desqualificação da entidade como organização social, o que dá causa à rescisão do contrato de gestão e sobre procedimentos administrativos a serem instaurados pela Secretaria da área correspondente para apreciar eventuais irregularidades.
- a elaboração do contrato de gestão, o qual deve se dar em atenção aos Princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, bem como discriminar todas as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público Estadual e da Organização Social.
- prévia convocação pública das organizações sociais, via Diário Oficial do Estado, as quais poderão apresentar seus planos de trabalho. —
- forma de execução do contrato de gestão a ser supervisionado pelo Secretário de Estado da Pasta envolvida, cujos resultados serão avaliados em período não superior a 6 meses por uma Comissão de Avaliação e Fiscalização composta por dois servidores públicos efetivos e dois integrantes indicados pela sociedade civil organizada.
- em caso de risco na execução das obrigações, o Estado assumirá a execução dos serviços, para garantir sua continuidade e a possibilidade de intervenção estatal na Organização Civil.
- destinação de recursos orçamentários, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato e eventualmente, a permissão de uso de bens públicos móveis ou imóveis para cumprimento do contrato de gestão.
- legitimidade de qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical para denunciar irregularidades à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas, o qual terá por incumbência a análise das contas das Organizações Sociais.
- prazo para a Organização Social publicar na imprensa e Diário Oficial do Estado regulamento próprio contendo procedimentos que adotará na contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público
- Incumbência do Poder Executivo regulamentar a lei por decreto.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Saleta, s/n
Gab. Dep. Hermes Jr – 3. Andar – sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermesjunior.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa dos projetos de lei apresentados para votação nesta Casa.

Nesta seara, passamos à análise detalhada do Presente Projeto de Lei.

Sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art.65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, nos termos dos artigos 66 e 87.

Vislumbra-se, dessa forma, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Como se disse inicialmente, o Projeto de Lei 915/2011 versa sobre tema relativamente novo na gestão pública brasileira que é a utilização do conceito de "Organizações Sociais", aplicando-o em todas as áreas da administração pública, exceto educação e segurança.

Inicialmente, relevante ressaltar que o conceito de gestão no Brasil vem sendo discutido desde a edição do "Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado", que se deu pela Medida Provisória nº 1.591 de setembro de 1997, convertida na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que criou o Programa Nacional de Publicização. O citado conceito foi introduzido pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, por proposta do então Ministro Bresser Pereira e com crescente adoção pelos Estados membros, até a presente data.

Os conceitos básicos, de forma sintética, definidos pelo idealizador da Reforma do Estado, Bresser Pereira, podem ser resumidos em delimitação das

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salete, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

funções do Estado, redução da interferência do Estado ao efetivamente necessário, aumento da governança do Estado, aumento da Governabilidade. Vale dizer, para o terceiro setor, pela proposta, foi definida a publicização, que pode ser entendida como a transferência da execução de serviços até então prestados pelo Estado, como os de saúde, cultura e pesquisa científica, para o setor público não-estatal.

A proposta partia da premissa de que o terceiro setor poderia prover os serviços de forma mais eficiente que o Estado, especialmente em relação às camadas mais carentes da população, bem como, de forma mais versátil.

Em 23 de abril de 1998, foi editada a Medida Provisória nº 1.648-7 editada originalmente sob o nº 1.591, de 09 de outubro de 1997 com o texto que veio a se transformar na Lei Nacional nº 9637/98, de 15 de maio de 1998, que previa a organização social como uma qualificação atribuída pelo Poder Público a pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos.

Com a edição da lei, foi proposta Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade, de n. 1923-MC/DF, contra a Lei nº 9637/98 (Organização Social) e, também contra o inciso XXIV do artigo 24 da Lei nº 8.666/93 (Licitações e Contratos), com a redação conferida pela Lei nº 9.648/98 de 27 de maio de 1998, que "Altera dispositivos das Leis nºs 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.937, de 13 de fevereiro de 1995, nº 9.074, de 07 de julho de 1995, nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação das Centrais Elétricas Brasileiras - ELÉTROBRAS e de suas subsidiárias e dá outras providências". Foi designado relator o Ministro Carlos Britto, no tocante ao mérito, que veio a substituir o Ministro Ilmar Galvão. A liminar foi julgada pelo Pleno e indeferida em 01º de agosto de 2007 transcorridos 8 (oito) anos e 8 (oito) meses, período em que vários Estados aprovaram pelo menos 9 (nove) Leis similares.

Permito-me aqui relatar os votos dos ministros, para perfeito entendimento da matéria:

-Ministro Ilmar Galvão (Relator) - votou indeferindo o pedido de liminar e afastou todas as alegações de inconstitucionalidade das normas impugnadas.

-Ministro Nelson Jobim, proferiu voto-vista em que acompanhou o relator (Ilmar Galvão) no indeferimento da liminar. Aduziu, ainda que a Lei 9.637/98 foi sancionada em 15 de maio de 1998 antecedendo a Reforma Administrativa efetivada pela EC 19, de 4 de junho de 1998 que ao incluir o parágrafo 8º, no artigo 37, da CF, possibilitou a ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, a ser realizada mediante contrato de gestão.

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Saleta, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

-Ministro Eros Grau, proferiu voto-vista deferindo a cautelar para suspender a eficácia do artigo 1º da Lei 9.648/98 e dos artigos 5º, 11 a 15 e 20 da Lei 9.637/98. Considerou quanto ao disposto nos artigos 21 a 23 da Lei como dotados de efeitos concretos, o que inviabilizaria a sua apreciação em sede de controle concentrado de constitucionalidade, deixando a análise dos citados artigos quando da apreciação do mérito da ADI. Posteriormente reconsiderou a decisão anterior de deferir em parte a cautelar para negar a liminar e aprofundar o seu voto quando do julgamento do mérito da Lei 9.637/98, visto a complexidade de se emitir a mesma (pelo tempo decorrido) quando não mais presente o "periculum in mora".

-Ministro Joaquim Barbosa acompanhou o voto-vista de Eros Grau (artigos 5º, 11 a 15 e 20 da Lei 9.637/98), com exceção do artigo 1º da Lei 9.637/98 onde não participou da votação por suceder o Ministro Moreira Alves.

-Ministro Ricardo Lewandowski votou, preliminarmente, deferindo a cautelar em relação ao artigo 1º da Lei nº 9.648/98.

-Ministro Gilmar Mendes, proferiu voto-vista, mas não participou da votação do artigo 1º da Lei 9.637/98, por suceder ao Ministro Néri da Silveira. Votou pelo indeferimento da medida cautelar em defesa do modelo gerencial do Estado, afirmando serem esses os novos pressupostos de um direito privado publicizado e constitucionalizado e de um direito público submetido à racionalidade próprias dos discursos do direito privado. Não vislumbrou nenhuma das inconstitucionalidades apontadas pelos requerentes.

-Ministro Moreira Alves votou indeferindo a cautelar quanto ao artigo 1º da Lei 9.637/98.

-Ministro Sepúlveda Pertence votou pelo indeferimento da liminar, quanto ao artigo 1º da Lei 9.637/98, acompanhando o Relator, em relação à prestação dos serviços de saúde e posteriormente acompanhou o Relator e o Ministro Gilmar Mendes na totalidade de seus votos indeferindo totalmente a medida liminar.

-Ministro Neri da Silveira, acompanhou o Relator pelo indeferimento da liminar, em relação à prestação dos serviços de saúde (artigo 1º da 9.637/98).

-Ministro Moreira Alves votou pela constitucionalidade do artigo 1º da Lei 9.637/98.

-Ministro Cezar Peluso votou pelo indeferimento da liminar, não vendo nenhuma inconstitucionalidade manifesta.

-Ministra Ellen Gracie (Presidente) votou pelo indeferimento da medida cautelar acompanhando o relator.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

-Ministro Marco Aurélio respaldou o seu voto no inciso XXI do artigo 37 da CF que obriga a administração a contratar, mediante tratamento isonômico todos os concorrentes, via procedimento licitatório. Aduz, também, que o artigo 14 da Lei, vislumbra a hipótese de se viabilizar mão-de-obra de servidor público nessa parceria, sem a licitação. Votou pelo deferimento da medida acauteladora em relação às duas Leis. Deixou para examinar no futuro as demais situações, após análise quanto ao funcionamento das organizações sociais já constituídas e que formalizaram atos em seu entendimento, à margem da Carta Federal.

Em 2011, em prosseguimento, quanto à inconstitucionalidade novos votos foram efetuados dos quais é de se destacar:

-Ministro Ayres Britto (Relator), julgou parcialmente procedente a ação direta, nos termos de seu voto.

-Ministro Luiz Fux, julgou parcialmente procedente a ação, para conferir interpretação conforme a Constituição, nos termos de seu voto, no entanto o Senhor Ministro Marco Aurélio em 19 de maio de 2011 pediu vista dos autos.

Dessa forma, inobstante os votos já realizados, fato é que a Lei 9.637/98, que dá sustentáculo inclusive ao presente projeto de lei, está em plena vigência, já que não houve ainda a análise de mérito por toda a Corte Suprema.

Importante ressaltar que com respaldo no documento do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado e em consonância com a Lei Nacional 9.637/98, que dispõe sobre a qualificação das Organizações Sociais, diversos Estados da Federação programaram seus próprios sistemas de gestão pública, por meio de organizações sociais com o devido suporte legal, tais como: Goiás (Lei 15.503/05), Santa Catarina (Lei 12.929/04), Sergipe (Lei 5.217/03), Bahia (Lei 8.647/03), Pernambuco (Lei 11.743/00), Distrito Federal (Lei 2.415/99), Espírito Santo (Lei Complementar nº 158/99), Maranhão (Lei 7.066/98), Ceará (Lei 12.781/97), Pará (Lei 5.980/96), Minas Gerais (Lei 14.870/03- OSCIP) e São Paulo (Lei Complementar nº 846/98). Também aprovada recentemente no Estado do Rio de Janeiro.

Esse modelo de gestão, é certo, caminha em passos lentos, vem sentindo os experimentos no âmbito nacional e em diversos Estados Federados. Não se pode cair na tentação do imediatismo, para não se correr riscos de cometer ilegalidades, inconstitucionalidades e desperdício do erário. Vários Estados ampliaram os debates através de audiências públicas, discussões jurídicas e fáticas, inclusive para que os cidadãos tenham a exata dimensão do assunto que está a se tratar.

Poder-se-ia cogitar de diversas situações aqui que levariam a debates infundáveis no âmbito da CCI, o que, certamente não é o caso, com base até na dita

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Saleta, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Ação Direta de Inconstitucionalidade já em trâmite sobre o mesmo assunto e cuja decisão, fatalmente, refletirá sobre todas as leis estaduais existentes.

Há muitos que sugerem inconstitucionalidades sobre o tema por eventualmente infringir o artigo 37 da Constituição Federal, em seu inciso XIX, que prevê que "somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)". Outra situação que muitos alegam, é sobre a forma de eleição da Organização Social para prestar o serviço público, já que o artigo 37, em seu inciso XXI prevê que "ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."; inobstante a redação do artigo 24, XXIV da Lei 8666/93, que estabelece que é dispensável a licitação "para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)".

Ainda, outra inconstitucionalidade alegada, se refere à omissão do impacto das despesas de pessoal nas receitas do Estado, visto que a alínea c do inciso II do artigo 20 da LRF impõe o limite máximo de 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo. Assim posto, haveria omissão expressa de dispositivo legal a definir a forma de aferir o cômputo das despesas de pessoal. Infere-se que as despesas, com os servidores públicos colocados a disposição da Organização Social e as despesas com os celetistas ou temporários que vierem a ser contratados pela OS, deverão ser computados para o cálculo do limite de gastos com pessoal, exigido pelo artigo 169 da Constituição Federal e regulamentado pelo artigo 18 e seguintes da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000). Também, dizem alguns, contrariar o artigo 9 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por fim, importante ressaltar que o Tribunal de Contas da União, emitiu Acórdão no qual sugere que os processos de escolha das organizações sociais seja precedida de normas previamente emitidas pelo Poder Executivo.

Ressalte-se que vigora na Constituição Federal o princípio da PRESUNÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE "IURIS TANTUM" (relativa). Isso quer dizer que até que seja declarada, presume-se que a norma é constitucional. Dessa forma, por tramitar no



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

âmbito do STF ação que questiona situações similares a que ora se discute e que fatalmente poderá repercutir no âmbito dos Estados Federados, é de se presumir constitucional a lei federal e por conseguinte o presente projeto de lei, até que o órgão máximo de controle da constitucionalidade emita decisão sobre o assunto.

Assim, por merecer debate pleno o assunto e em razão do princípio constitucional acima invocado, o presente Projeto de Lei deve tramitar pelas Comissões desta Casa e pelo Plenário, oportunidade inclusive, em que se poderá apresentar emendas ao Projeto ou mesmo ocorrer a sua rejeição, conforme entendimento do Douto Plenário.

No que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar Nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei para que prossiga em discussão pelas Comissões atinentes e pelo Douto Plenário, tendo em vista a presunção de sua constitucionalidade já admitida pelo Supremo Tribunal Federal.

Sala de Sessões, 29 de novembro de 2011

Nelson Justus

Presidente


Hermas Junior
Relator



OF/CTL/CC nº 127/2010

I - Protocolo nº

II - ANEXO OFS. 217/10-67 e
COE/CC 2076/10
Curitiba, 06 de julho de 2010III - À D.A. PARA AUSENTE DELEGADO
INCLUIR NO EXPEDIENTE

Senhor Presidente,

IV - ENCAMIHE-SE À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA - CCT, PARA APROVAÇÃO DA
LEGISLATIVA. 06/07/2010

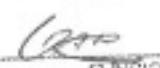
Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 120/10 - DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 127/2010, por considerá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

O autógrafo tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a alterar a denominação e os fins sociais da ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE S.A. - FERROESTE, criada pela Lei nº 9.892, de 31 de dezembro de 1991, que passa a denominar-se FERROVIA DA INTEGRAÇÃO DO SUL - FERROSUL S.A., modificando-se, em consequência, todas as decorrentes citações contidas na referida Lei e na Lei Complementar 76, de 21 de dezembro de 1995, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 79, de 02 de dezembro de 1996, autorizar que o referido órgão permita a participação acionária dos Estados do Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, assim como também pretende que a FERROSUL S.A. - diversifique as atividades, sendo uma delas, a exploração comercial das vias e terminais ferroviários e sistemas logísticos nas fronteiras e limites entre Estados e Territórios.

Em que pese, a proposta ter sido apresentada pelo Poder Executivo a essa Casa, o Projeto de Lei aprovado é inconstitucional, tendo-se em vista que a alínea "d" do inciso XII do artigo 21 da Carta da República, assevera que a competência é da União para legislar sobre o tema, especialmente sobre a exploração dos serviços de transporte ferroviário que transponha os limites dos Estados. Vejamos o texto constitucional:

Art. 21. Compete à União:

XII - explorar, diretamente ou mediante
autorização, concessão ou permissão:d) os serviços de transporte ferroviário e
aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras
nacionais, ou que transponham os limites de
Estado ou Território.

| |
|---|
| ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ |
| PROTOCOLO Nº 13260 |
| EM 16/07/10 |
|  |
| FUNÇÃOÁRIO |

Excelentíssimo Senhor
Deputado NELSON JUSTUS
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot.º 7.758.752-7





Ademais, quando se trata de exploração que transponham os limites de Estados Federados ou de Territórios, as regras são ditadas também pela União, restando evidenciado que o Projeto de Lei fere a Constituição Federal do Brasil de 1988.

A Procuradoria Geral do Estado do Paraná manifestou-se, em despacho nº 415/2010 – PGE, dizendo que: "IV. De fato, verifica-se incongruência entre o conteúdo das sugestões do Grupo de Trabalho instituído pela Resolução Codesul nº 1.042/09 e o Projeto de Lei, eis que daquela constou que a participação dos Estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul seria igualitária na FERROSUL, enquanto que o Projeto de Lei nº 127/10 apenas autoriza a alteração da denominação da FERROESTE, a permissão da participação acionária dos Estados da Codesul na FERROESTE e altera o artigo 3º da Lei nº 9.892/91. Nada dispõe referido projeto sobre a viabilização desta participação igualitária."

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

ORLANDO PESSUTI
GOVERNADOR DO ESTADO

CASA CIVIL



Palácio das Araucárias – Curitiba, 3 de setembro de 2010
OF CEE/CC 2076/10

Protocolo n.º 10.620.715-1

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que o Excelentíssimo Senhor Governador enviou a essa Assembléia Legislativa do Estado, por meio do OF/CTL/CC n.º 127/10, de 06/07, em anexo, as razões do veto ao Projeto de Lei 127/10, por considerar a medida inconstitucional.

Entretanto, Senhor Presidente, Vossa Excelência não conheceu as razões do veto por entender que são intempestivas.

A esse respeito, temos a considerar o seguinte.

A Constituição do Estado do Paraná, acerca do tema, traça o entendimento que segue, em seu art. 71 e §§. Vejamos:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1.º Se o Governador julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto.

§ 2.º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.

§ 3.º Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, o silêncio do Governador importará em sanção.

§ 4.º O veto será apreciado em sessão única, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados.

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado NELSON JUSTUS
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/(JM)/JC

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2400 Fax: 41 3252 2381 / 3254 7345 / 3254 4299



CASA CIVIL

Cont. OF CEE/CC 2076/10

fl.02

§ 5.º Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Governador do Estado.

§ 6.º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4.º, que não flui durante o recesso parlamentar, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, suspendendo-se as demais proposições, até a sua votação final.

§ 7.º Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Governador do Estado, nos casos dos §§ 3.º e 5.º, o Presidente da Assembleia Legislativa a promulgará; e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

Primeiramente, pode-se afirmar que, se decorridos os quinze dias, sem a manifestação pelo veto ou sanção ao Projeto de Lei, por parte do Governador do Estado, considerar-se-á sancionado. Inteligência do § 3.º do art. 71 da Constituição Estadual.

Entretanto, esse Poder Legislativo assim não entendeu, tanto que nenhuma medida foi tomada para considerar que o Projeto de Lei deveria ser convertido em lei, mesmo transcorrido o prazo constitucional. **A intempestividade também é deflagrada no âmbito da Assembleia Legislativa.**

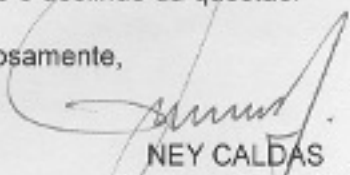
Destarte, pode Vossa Excelência conhecer das razões de veto enviadas a esse Poder e com fulcro no § 7.º acima citado, assim como nos termos do art. 213 e seus parágrafos, do Regimento Interno dessa Casa, **visto que a intempestividade ocorreu também dessa parte, por não promulgar a lei, como a Carta Estadual.**

Nesse sentido, o STF entendeu:

Na dúvida se está ou não dentro do prazo do veto aposto pelo Poder Executivo, dever-se-á decidir em sentido afirmativo, porque assim se presume entender melhor a perfeição da lei, o que é do interesse de todos (STF – Pleno – RMS n.º 2.920/55 – Rel. Min. Mário Guimarães, Informativo STF, n.º 219/181).

Com isso, as razões de veto ao Projeto de Lei 127/2010, seguem para a apreciação das Comissões competentes para pareceres conclusivos e, em seguida, ao Plenário, que decidirá sobre o deslinde da questão.

Atenciosamente,


NEY CALDAS
Chefe da Casa Civil



OF/CTL/CC nº 127/2010

Curitiba, 06 de julho de 2010

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 120/10 – DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 127/2010, por considerá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

O autógrafo tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a alterar a denominação e os fins sociais da ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE S.A. - FERROESTE, criada pela Lei nº 9.892, de 31 de dezembro de 1991, que passa a denominar-se FERROVIA DA INTEGRAÇÃO DO SUL – FERROSUL S.A, modificando-se, em consequência, todas as decorrentes citações contidas na referida Lei e na Lei Complementar 76, de 21 de dezembro de 1995, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 79, de 02 de dezembro de 1996, **autorizar que o referido órgão permita a participação acionária dos Estados do Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, assim como também pretende que a FERROSUL S.A. - diversifique as atividades, sendo uma delas, a exploração comercial das vias e terminais ferroviários e sistemas logísticos nas fronteiras e limites entre Estados e Territórios.**

Em que pese, a proposta ter sido apresentada pelo Poder Executivo a essa Casa, o Projeto de Lei aprovado é inconstitucional, tendo-se em vista que a alínea "d" do inciso XII do artigo 21 da Carta da República, assevera que a competência é da União para legislar sobre o tema, especialmente sobre a exploração dos serviços de transporte ferroviário que transponha os limites dos Estados. Vejamos o texto constitucional:

Art. 21. Compete à União:

*XII - explorar, diretamente ou mediante
autorização, concessão ou permissão:*

*d) os serviços de transporte ferroviário e
aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras
nacionais, ou que transponham os limites de
Estado ou Território.*

Excelentíssimo Senhor
Deputado NELSON JUSTUS
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot. nº 7.758.752-7



Ademais, quando se trata de exploração que transponham os limites de Estados Federados ou de Territórios, as regras são ditadas também pela União, restando evidenciado que o Projeto de Lei fere a Constituição Federal do Brasil de 1988.

A Procuradoria Geral do Estado do Paraná manifestou-se, em despacho nº 415/2010 – PGE, dizendo que: “IV. De fato, verifica-se incongruência entre o conteúdo das sugestões do Grupo de Trabalho instituído pela Resolução Codesul nº 1.042/09 e o Projeto de Lei, eis que daquela constou que a participação dos Estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul seria igualitária na FERROSUL, enquanto que o Projeto de Lei nº 127/10 apenas autoriza a alteração da denominação da FERROESTE, a permissão da participação acionária dos Estados da Codesul na FERROESTE e altera o artigo 3º da Lei nº 9.892/91. Nada dispõe referido projeto sobre a viabilização desta participação igualitária.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

ORLANDO PESSUTI
GOVERNADOR DO ESTADO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 041/10

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 041/10

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO 127/10

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº127/10 de autoria do Poder Executivo, que constitui a Ferrovia da Integração do Sul – FERROSUL S/A, com o propósito de, sob controle público, planejar, construir e operar ferrovias e sistemas logísticos no Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei nº 127/10, de autoria do Poder Executivo que, constitui a Ferrovia da Integração Social – FERROSUL S/A, com o propósito de, sob controle público, planejar, construir e operar ferrovias e sistemas logísticos no Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado, que considerou o Projeto de Lei inconstitucional.

FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

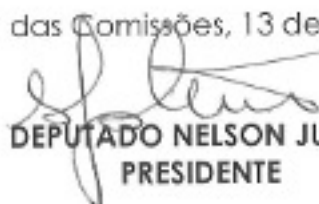
§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

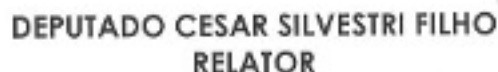
Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.


CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO
RELATOR


Cesar
Silvestri
relator



Projeto de Lei nº 127/10
(Autoria do Poder Executivo)

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar a denominação e os fins sociais da ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE S.A – FERROESTE, criada pela Lei nº 9.892, de 31 de dezembro de 1991, que passa a denominar-se FERROVIA DA INTEGRAÇÃO DO SUL – FERROSUL S.A, modificando-se, em consequência, todas as decorrentes citações contidas na referida Lei e na Lei Complementar 76, de 21 de dezembro de 1995, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 79, de 02 de dezembro de 1996.

Art. 2º Fica a FERROESTE autorizada a permitir a participação acionária dos Estados do Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como celebrar acordo de acionistas para a finalidade de assegurar a participação das referidas unidades federativas nos órgãos de administração e fiscalização da Empresa.

Art. 3º O artigo 3º da Lei 9.892/91 que passa a vigorar com a nova redação e acresce parágrafo único ao referido artigo.

“Art. 3º O ramo de atividade da Ferrovia da Integração do Sul – FERROSUL S.A será de planejamento, construção, operação, administração, e exploração comercial de vias ferroviárias, terminais ferroviários e sistemas logísticos nacionais, de silos e sistemas de armazenagem de produtos agrícolas, minerais e industriais em geral, bem como transporte regular de passageiros e turístico, mediante concessão ou autorização de autoridade competente.

Parágrafo único. Mediante acordos internacionais, a FERROSUL S.A poderá, com exclusividade ou em associação com outras empresas nacionais, de outros países ou internacionais, exercer o seu ramo de atividade em outros países, bem como associar-se a empresas de outros países ou internacionais em território brasileiro”.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 127/10 – fls. 02.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 09 de junho de 2010.

Assinatura manuscrita de Nelson Justus.

NELSON JUSTUS
Presidente

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi.

ALEXANDRE CURI
1º Secretário

Assinatura manuscrita de Valdir Rossoni.

VALDIR ROSSONI
2º Secretário